



Ata nº 5

28 de novembro de 2016

ATA NÚMERO CINCO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E OITO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS
MIL E DEZASSEIS _____

----Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. Relação de procedimentos realizados ao abrigo da “Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais” – Proposta 49/2015/CM; _____
2. Relatório do 1º Semestre 2016; _____
3. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 225/2016/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal de 2017; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 226/2016/CM, referente à Determinação das Taxas de IMI; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 228/2016/CM, referente à Determinação da participação e IRS; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 229/2016/CM, referente à Determinação da Derrama; _____
8. Apreciação e votação da proposta de alteração da redação do artigo 22º - “Prazo de entrega das propostas” – do Regimento da Assembleia Municipal de Tavira, aprovado em 24 de abril de 2014; _____

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Dário do Nascimento Martins Bento, Dinis Manuel da Palma Faisca, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hugo Daniel Santos Gomes, José Alberto

Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus e Sílvia Alexandra Sanches Soares. _____

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher, solicitou a substituição tendo sido substituído por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. _____

----O Membro Sílvia Edgar Assis Fernandes solicitou a substituição tendo sido substituído por Maria João Teixeira Dias Anjos. _____

----O Membro João Eduardo da Silva Trindade solicitou a substituição tendo sido substituído por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. _____

----O Membro João Afonso da Cunha Rego Carvalho solicitou a substituição tendo sido substituído pelo Membro Dário do Nascimento Martins Bento. _____

----Os Membros Cristela da Cruz Pereira Martins e Luís Nunes Ferreira da Silva faltaram à sessão. _____

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que entre o dia três de outubro passado e aquele mesmo dia, não tinham havido reuniões de comissões pelo que passariam à aprovação da última ata, número quatro, referente à sessão realizada no dia três de outubro último. _____

----Verificando que ninguém tinha nada a dizer e uma vez colocada a votação a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava cuja listagem se encontra anexa à presente ata como documento número um. _____

----Passando às moções referiu que, por ordem de entrada na mesa, a primeira moção tinha sido apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária mas verificando-se que o seu proponente não se encontrava ainda presente, passariam às duas moções que tinham sido apresentadas pela bancada do PSD – Partido Social Democrata sendo a primeira intitulada “*Manutenção da carga fiscal que incide sobre o setor do alojamento local*” pelo que passava a palavra ao seu proponente ou a quem representava a bancada. _____

----O Membro Filipe Lopes cumprimentando os presentes salientou que o público se encontrava em elevado número. _____

----Referiu que tinham para apresentar duas moções, uma sobre a manutenção da carga fiscal que incidia sobre o setor do alojamento local e outra sobre o Hospital Central do Algarve. _____

----Iniciando pela moção “*Manutenção da carga fiscal que incide sobre o setor do alojamento local*” disse que a questão era muito simples pois no regime atual relativo ao alojamento local, criado no ano de dois mil e catorze, e que contribuía de forma significativa para a diminuição da economia paralela, recordava que era muito importante para a região do Algarve visto metade dos trinta e quatro mil registos de alojamento local reportarem às unidades hoteleiras existentes. Acrescentou que para além daquele fator quase a totalidade dos empresários que se dedicavam ao alojamento local eram

pequenos, micro e médios empresários, sendo que naquele domínio tinham sido efetuados inúmeros investimentos ao longo dos anos. _____

---Presentemente o Governo preparava-se, com o Orçamento de Estado, para duplicar o imposto no alojamento local o que, criadas as expectativas, constituía um convite ao desinvestimento e um regresso dos micro empresários á economia informal. Assim, porque aquela era uma matéria muito importante para a região do Algarve, sobretudo para Tavira, pretendiam, enquanto era tempo, alertar o Governo para que revertesse aquele imposto sobre o alojamento local que muito prejudicava os pequenos empresários. _____

---O Membro José Graça referiu que a bancada do PS – Partido Socialista iria votar favoravelmente aquela moção por algumas razões de natureza puramente local. Considerava que aquela medida se revestia de uma intenção clara de proporcionar maior justiça fiscal porque, presentemente, nada colocava em causa a extraordinária evolução que o alojamento local tinha vindo a ter nos últimos três anos, revestindo-se daquela natureza de justiça fiscal porque de facto tinha havido um regime de incentivos à instalação e à legalização de inúmeros equipamentos mas, não podiam esquecer que presentemente o alojamento local tinha uma importância fundamental nomeadamente no capítulo da reabilitação urbana, na criação de emprego e ainda no favorecimento da criação de pequenos negócios.

---Continuou referindo que estavam preocupados com aquela situação, esperando que não tivesse contornos negativos apesar de se revestir, como já tinha referido, do respeito pelos princípios maiores de justiça fiscal, não vindo a causar problemas no Concelho de Tavira. _____

---Concluiu dizendo que estando cientes da importância daquele regime fiscal para a região do Algarve, o PS já tinha tido a oportunidade de realizar um encontro de esclarecimentos quanto àquela matéria, no qual tinham tido a oportunidade de ouvir os empresários e cidadãos com atividade turística de modo a ouvirem o que tinham a dizer e também para lhes apresentar as razões que estavam na base daquela alteração ao regime fiscal do alojamento local. _____

---O Membro Artur Sanina disse que após terem analisado a moção e a exemplo de outras moções sobre o tema que já tinham sido apresentadas noutras regiões do país, mais concretamente em Lisboa, o BE – Bloco de Esquerda iria abster-se porque realmente esperavam uma nova legislação e mais regulamentação sobre aquela situação do alojamento local visto, e passava a ler: *“A exploração da procura do alojamento turístico tem colocado Tavira sobre grande pressão da procura de imóveis. Tal pressão imobiliária tem feito aumentar significativamente os preços dos imóveis bem como do arrendamento. A cidade de Tavira tem notórias carências no acesso da habitação especialmente no que se refere à população com maiores dificuldades económicas. O alojamento local constituído por mobilizações de imóveis destinados à habitação para a satisfação de procura turística desviando-se da sua finalidade inicial e colocando ainda maior pressão especulativa no mercado imobiliário. A precaridade laboral é já um fenómeno que independentemente do alojamento local afeta mormente os trabalhadores dos operadores turísticos tradicionais. A informalidade da característica do alojamento*

local é também um fator de distorção da concorrência para com os operadores clássicos do setor hoteleiro. Se o alojamento local pode merecer alguma consideração enquanto atividade secundária residual, há que ter em consideração que se estão a formar verdadeiras economias com dimensão assinalável nesta atividade possíveis de aumentar a pressão imobiliária e da cidade, a destruição das regras de concorrência e situações de precaridade laboral. _____

---A atividade de alojamento local e o seu crescimento potencializado por plataformas eletrónicas com imensa procura e divulgação global como faz rezear pelas consequências negativas da atividade. O licenciamento do alojamento local em prédios destinados à habitação contribui para defraudar os objetivos estabelecidos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território pelo qual a sua total liberalização põe em causa o exercício de competências do planeamento, dos planeamentos municipais.” _____

---Terminou referindo que eram aquelas as razões pelas quais o BE se iria abster. _____

---O Membro José Joaquim Brandão Pires entrou na sala pelas vinte e uma horas e vinte minutos. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que poderiam entender o que o Membro Artur Sanina tinha lido como uma declaração de voto. _____

---Colocou a moção a votação que foi aprovada por vinte e três votos a favor e uma abstenção. _____

---A moção encontra-se anexa à presente ata como documento número dois. _____

---O Presidente da Assembleia passou à moção seguinte sobre a “Construção do Hospital Central do Algarve no Parque das Cidades”. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que se tratava de uma moção que visava defender a construção do Hospital Central do Algarve no Parque das Cidades. Tratava-se de uma intervenção cuja necessidade era consensual em todos os setores da vida económica e política da região sendo notória a sua necessidade que resultava do facto dos Hospitais de Faro e Portimão se encontrarem obsoletos e com fortes limitações ao seu próprio crescimento o que dificultava a criação de condições adequadas à implementação das diversas valências. _____

---Existia um estudo efetuado no ano de dois mil e seis que era reconhecido pelo poder político nacional, que tinha sido mandado elaborar pelo Governo do PS, uma curiosidade histórica, que considerava o Algarve como segunda prioridade a nível nacional. Assim, para a construção do Hospital Central do Algarve existia um terreno entre Loulé e Faro, no chamado Parque das Cidades, junto à Via do Infante e onde se encontrava já instalado o Laboratório Regional de Saúde Pública e do Sangue do Algarve. _____

---Podia ser alegado que aquele Hospital não tinha ainda sido construído por existirem certos constrangimentos financeiros, contudo o Governo tinha acabado de anunciar a construção de três hospitais, em Lisboa, Seixal e Évora. _____

---Para concluir referiu que apresentavam ali aquela moção porque consideravam que sem demérito das outras regiões, nada se tinha verificado para que a região do Algarve que se encontrava em segundo lugar nas listas de prioridades tivesse subido ou descido sendo que, existindo a vontade, a necessidade e

a localidade, estavam ali a defender enquanto era tempo que o Governo ou que os políticos presentes na Assembleia da República inserissem no Orçamento de Estado para o ano de dois mil e dezassete, uma rubrica específica que permitisse avançar com a construção do Hospital Central do Algarve no ano de dois mil e dezassete. _____

---O Membro Nuno Filipe Gonçalves Diogo entrou na sala pelas vinte e uma hora e vinte e um minutos.

---O Membro Artur Sanina referiu que aquela moção era apresentada já após a votação do orçamento na generalidade e especialidade pelo que não iria ser contemplada até talvez pelas questões financeiras que o país atravessava. _____

---Presentemente o BE não defendia a construção do Centro Hospitalar do Algarve porque desde sempre tinha lutado pela criação de duas Unidades Locais de Saúde, uma no Sotavento e outra no Barlavento, tendo desde sempre lutado pelas condições de trabalho e qualidade dos Centros de Saúde existentes no Algarve em coordenação com os Hospitais Centrais. _____

---Consideravam importante o aumento da oferta de especialidades e a colocação de mais médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, pelo que presentemente pensavam ser preferível a criação de condições de trabalho para que pudessem ser prestados serviços de saúde condignos com o aproveitamento das estruturas existentes e, como o BE tinha vindo a defender, serem criadas duas Unidades Locais de Saúde. _____

---O orçamento realmente não previa uma verba para a construção do Hospital Central do Algarve embora aquela fosse uma velha aspiração dos algarvios, no entanto considerava que presentemente estavam reunidas as condições para o melhoramento das estruturas já existentes e, como era aspiração do BE, para a criação de duas Unidades de Saúde no Barlavento e Sotavento. _____

---O Membro Artur Sanina disse que ficava algo perplexo com a preocupação apresentada pelo PSD naquela moção, uma vez que tinha sido o Governo do PSD que mais Centros de Saúde e Unidades de Saúde no interior do país tinha fechado, tendo sido o que mais tinha colaborado para que as pessoas não tivessem acesso à saúde e se tivessem que deslocar grandes distâncias para obterem esses mesmos cuidados de saúde. Assim considerava que tinham apresentado a moção apenas porque o Governo no próximo orçamento não previa a criação daquela Unidade Hospitalar, sendo que tinham considerado ser oportuno apresentar aquele documento perante a Assembleia Municipal. _____

---Para terminar disse que preferiria outras alternativas para a saúde no Algarve como Centros de Saúde, a criação de Unidades Locais de Saúde, a melhoria das condições de trabalho para os enfermeiros e médicos, a recuperação de médicos debelando os problemas existentes no momento e que os afetavam de modo a que não fossem convidados a trabalhar no estrangeiro como também tinha acontecido, sendo que muitos enfermeiros tinham procurado trabalho em Inglaterra e muitos médicos tinham saído do país. Consideravam que presentemente existiam outras prioridades. _____

---O Membro José Graça informou que o PS iria votar favoravelmente aquela moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e, não querendo repetir o que o Membro Artur Sanina tinha mencionado

quanto às motivações da apresentação daquela moção que eram do conhecimento de todos, não queria deixar de referir que se o PS tinha avançado com o processo de construção do novo Hospital do Algarve porque estavam mais do que reconhecidas as várias necessidades que aquele novo Hospital Central permitiria colmatar. Compreendiam e reconheciam as necessidades orçamentais do país, mas não queriam deixar de recordar que hoje a prestação de cuidados de saúde no Algarve era seguramente um dos fatores que podiam contribuir para que a imagem externa pudesse ser menos boa, não pretendendo deixar de recordar aquela Assembleia Municipal quanto aos passos importantes que tinham sido dados na questão dos conteúdos do futuro hospital que estava longe de apenas se reservar a uma função assistencial sendo que o novo Hospital Central do Algarve visava também ser o coração da formação em medicina na região do Algarve, nomeadamente na formação de médicos especialistas, fazendo uma muito importante ponte com a Universidade do Algarve para o natural desenvolvimento do curso de medicina ali ministrado e, ressalvava ali também, o trabalho desenvolvido naquele capítulo pelo Algarve by Medical Center. _____

---Continuou referindo que tinham sido dados passos importantíssimos naquele primeiro ano do atual Governo que, presentemente, não podiam deixar que representassem passos atrás relativamente ao projeto de construção do novo hospital sendo por aquela razão que os Deputados do PS, mas certamente a partir daquela noite, todos os membros daquela Assembleia Municipal iriam manifestar junto do Governo a natural urgência na construção no novo Centro Hospitalar do Algarve com sede no Parque das Cidades. _____

---Terminou referindo que tanto eles como a generalidade dos algarvios estavam unidos naquela luta pois apenas juntos pelo Algarve conseguiriam que a região pudesse continuar a ser um referencial em termos de turismo internacional como destino de excelência de uma forma global. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que apesar de tudo a moção era unanime mas notava que o Membro do BE tinha referido que pensava que presentemente existiam outras oportunidades, que saberia, mas gostava que lhe apresentasse algum documento, algum estudo, algo que indicasse que de facto tinha sido o Governo de coligação PSD – CDS-PP – Partido Popular, que tinha fechado mais Centros de Saúde.

---Relativamente ao que o Membro José Graça tinha referido apenas tinha que concordar que, de facto, o Algarve necessitava de um “*coração*” da saúde e que seria o que ali estavam a apresentar e pelo qual se tinham unido recebendo o apoio favorável de outras bancadas, o que lhes agradava. _____

---O Membro Artur Sanina disse que apenas pretendia esclarecer o seu colega da bancada do PSD relativamente ao estudo que tinha referido. Já tinha sido apresentado naquela Assembleia um estudo sobre o facto de ter sido o PSD que mais Centros de Saúde tinham fechado no país e, se o Membro Filipe Lopes pretendesse, poderia facultá-lo novamente. Já o tinha ali evocado noutra ocasião em que o BE tinha apresentado os problemas de saúde existentes no país tendo provado que os Centros de Saúde tinham sido fechados, o número de jovens que tinham saído do país e a degradação da saúde em Portugal que tinha sido reconhecida por todos, enquanto o Governo PSD – CDS-PP tinha governado.

Todavia se o Membro tivesse dúvidas bastaria dirigir-se à serra e verificar a realidade que, naquela altura, ali tinha sido criada. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a moção "*Construção do Hospital Central do Algarve no Parque das Cidades*" à votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----A presente moção encontra-se anexa à presente ata como documento número três. _____

----Passou à moção seguinte que tinha sido apresentada pelo PS intitulada "*Balsa, uma herança comum dos europeus*". _____

----O Membro José Graça disse que pensava que não seria necessário explanar de uma forma muito exaustiva os fundamentos que presidiam àquela moção mas pretendia realçar na Assembleia Municipal essencialmente o que se propunham. Existia na sociedade civil tavirense, ao longo dos últimos meses, um movimento que não era recente mas de há alguns anos, mas que tinha vindo a crescer de forma sustentada ao longo dos últimos meses no sentido de sensibilizar as entidades governamentais para a necessidade de ser preservado o património arqueológico existente na estação arqueológica da Luz de Tavira, mais conhecida por Balsa. _____

----O propósito daquela moção era também o de saudar o empenhamento da sociedade civil e manifestar a preocupação pelo aparente abandono do conjunto de achados arqueológicos e a dispersão daqueles que tinham sido achados em variados locais e em simultâneo sublinhar também o papel desenvolvido pela comunidade científica ao longo dos últimos anos particularmente pelos colaboradores do Campo Arqueológico de Tavira e da Direção Regional de Cultura do Algarve para consolidar e intensificar o conhecimento existente relativo à presença romana na Luz de Tavira. _____

----Por outro lado pretendiam também solicitar ao Ministério da Cultura informação atualizada sobre as iniciativas desenvolvidas e a desenvolver para a preservação e valorização da estação arqueológica depois de no ano de dois mil e onze ali ter sido constituída a ZPE - Zona de Proteção Especial nomeadamente através dos seus serviços desconcentrados do Algarve. _____

----Também pretendiam reforçar junto das entidades públicas e na sequência dos trabalhos arqueológicos que estavam a decorrer no presente, a necessidade de promover o alargamento da ZEP abrangendo esta territórios das freguesias da Luz de Tavira e Santo Estevão e de Santa Luzia onde existiam comprovadamente vestígios arqueológicos e, em simultâneo, dotarem os serviços competentes naquela área nomeadamente da Cultalg - Direção Regional da Cultura do Algarve e os serviços desconcentrados da DGPC - Direção Geral do Património Cultural com os meios e os recursos necessários para que o que tinha ficado previsto ao nível do PROT Algarve - Programa Regional de Ordenamento do Território do Algarve no ano de dois mil e sete, nomeadamente para que pudesse ser dado cumprimento a uma recomendação ao Município de Tavira no sentido da integração daquele espaço numa rede regional de património arqueológico. Era naquele sentido e apelando ao voto da Assembleia Municipal para que a posição expressa pudesse ser mais representativa junto do poder central, que a bancada do PS afirmava que Balsa era sobretudo um património comum dos europeus.

que residindo em Tavira provenientes dos mais diversos locais da europa e mesmo do mundo se tinham unido aos tavirenses naquela causa que também era uma herança a exemplo do património comum, da Dieta Mediterrânica, para que pudesse ser preservada, valorizada e constituir mais uma fonte de riqueza para os tavirenses. _____

---O Membro Dinis Faísca disse que tinha ficado realmente surpreendido relativamente àquela moção por um conjunto de razões. Primeiramente porque se tratava de um assunto que já tinha sido discutido há cerca de um ano quando da discussão do orçamento. De facto, tinha sido tratado de forma paralela, não com a apresentação de uma moção mas conversado, pelo que tinha ficado surpreendido por lhe parecer extemporâneo, mas cujo teor subscrevia inteiramente tal como pensava ser a opinião dos seus colegas de bancada. _____

---Outra razão pela qual tinha ficado surpreendido referia-se à necessidade, à preocupação relativa à Estação Arqueológica da Luz de Tavira, Balsa, que surgia com a implantação de um conjunto de estufas ou com a pretensão da sua implantação sobre aquela mesma Estação Arqueológica tendo, por aquela razão, e bem, surgido todo aquele movimento para preservação da Estação Arqueológica. Contudo surpreendia-o o facto de há cerca de dois anos naquela mesma Assembleia ter sido votado um documento que tinha permitido que a Autarquia de Tavira ganhasse o prémio de *“Tavira amiga das estufas”*. Assim, ao criar um regime de exceção que tinha permitido a não retirada de uma quantidade significativa de estufas que estavam implantadas em REN – Reserva Ecológica Nacional, em Reserva Ecológica, em pleno Parque Natural da Ria Formosa a bancada do PS ao votar favoravelmente naquela Assembleia aquele regime de exceção tinha dado a indicação de que eram amigos das estufas pelo que deveria de ser promovida a sua proliferação na região, sendo o que pensava ter sido também a leitura feita pela empresa ao implantar-se, imaginando que talvez o Município viesse a proceder do mesmo modo criando um novo regime de exceção para que as estufas se ali se mantivessem. _____

---Terminou referindo que nem ele nem certamente os seus colegas de bancada, estavam contra a moção mas estavam em oposição á criação dos regimes de exceção como tinha sido visível pela forma como tinham votado há cerca de dois anos. _____

---A Membro Maria do Rosário Afonso referiu que obviamente concordava com a moção apresentada, todavia tinha algumas duvidas nomeadamente quanto ao que era referido na primeira linha, *“... onde se supõe estar localizada a antiga cidade romana de Balsa ...”* pois pensava que não existia qualquer espécie de dúvida para quem quer que fosse de que Balsa estava ali situada. _____

---Pretendia questionar se ao não terem sido autorizados os depósitos de água, os tanques, pela Drapalg - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve as estufas seriam construídas. A Drapalg não tinha autorizado a colocação dos tanques o que tinham efetuado ilegalmente pelo que gostava de saber se as estufas que estavam previstas seriam colocadas, pois dispunham da informação que a zona sul de Balsa estava intacta de acordo com as prospeções efetuadas por arqueólogos do movimento civil que tinha sido criado para a preservação de Balsa. Tanto quanto sabiam a zona prevista para a

colocação de estufas não tinha sido alvo de prospeção, pelo que questionava se iria continuar a estar ocupada pelas estruturas metálicas que nunca tinham sido retiradas ao contrário da indicação da Drapalg ao embargar a sua colocação no ano anterior. _____

----Continuou referindo que, de acordo com informação do arqueólogo Manuel Maia, existiam em Lisboa no Museu Nacional de Arqueologia, vinte e quatro caixas de achados arqueológicos que se mantinham a aguardar a criação de um espaço condigno para serem expostas. Verificava que existia uma enorme falta de informação ao nível da população relativamente ao que estava a acontecer porque muitas pessoas da zona da Luz de Tavira lhe tinham dito que ali já nada existia, que tinha sido tudo destruído, sendo que inclusivamente lhe tinham comentado que o filho ali se dirigia com um sachinho e que antigamente trazia muitos azulejos bonitos, pelo que tudo o que estivessem a fazer seria tempo perdido por já não existirem vestígios arqueológicos naquela zona. _____

----Considerava que a população devia de ser informada porque uma vez tendo tomado conhecimento da existência do embargo há um ano atrás podiam pensar que ali nada mais iria ser efetuado. _____

----O Membro Artur Sanina disse que relativamente à moção apresentada pelo PS ela apenas pecava por tardia já que há cerca de dois anos que se vinham a falar sobre o assunto. Naquela Assembleia Municipal tinham sido colocadas diversas questões ao Executivo sobre se tinha conhecimento do que estava a acontecer em Balsa e noutros terrenos relativamente à implementação de estufas porque falando a moção apenas em Balsa, havia outras estufas que estavam a ser implantadas em outros terrenos arqueológicos. _____

----Tinha participado nas Jornadas Europeias do Património e falado com a delegação do Ministério da Cultura, em Faro, em que a responsável pelo levantamento se considerava satisfeita por ter conseguido provar a existência de achados arqueológicos numa determinada área de Balsa. _____

----Assim o Ministério da Cultura já dispunha da informação todavia parecia pretender agradar a todos na medida em que havendo interesses arqueológicos na zona onde as estufas se encontravam implantadas não tinha sido efetuado qualquer estudo, pelo que gostariam de saber qual a razão. _____

----Na Assembleia Municipal anterior também tinha questionado quanto aos depósitos de água ali existentes, tendo o Presidente da Câmara respondido taxativamente que os mesmos eram ilegais, o que tinha sido confirmado pelas várias entidades. Assim, questionava até para votar favoravelmente a moção apresentada pelo PS, se a Câmara Municipal estaria em condições de usar os seus poderes para embargar e fazer retirar os elementos físicos das estufas existentes em Balsa, havendo pareceres onde constava que os trabalhos tinham sido executados indevidamente, sendo portanto desfavoráveis à colocação das estruturas ali existentes sendo que para além desse fator havia ainda que considerar o aspeto turístico e de interesse para a comunidade. _____

----Continuou referindo que na semana anterior tinha estado num congresso internacional sobre cidades desaparecidas e transformadas onde tinha ouvido oito técnicos de universidades de diferentes nacionalidades, desde Itália ao Reino Unido e outros, e comparava todo o trabalho que tinha sido

efetuado naquelas cidades para recuperar todo um património de interesse para as comunidades, todo ele salvaguardado, todo ele preservado, existindo um conjunto de equipas formadas por técnicos das Universidades e outras entidades locais com o propósito de preservar tudo o património existente e de interesse para a comunidade. _____

---Questionava se a Câmara Municipal estaria interessada, sendo que a própria moção salvaguardava todos aqueles interesses comunitários, o património, e todas as irregularidades cometidas quanto à implantação de estufas numa zona onde não deviam de existir. A questão das estruturas ali existentes, os depósitos e, como o Membro da bancada do PSD tinha referido, a questão da utilidade municipal que tinha sido votada relativamente à zona de estufas em Vale Caranguejo com o propósito de criação de postos de trabalho, que ele não tinha votado a favor, constatava ter tido razão pois ao final de um ano verificava que não passava de um negócio de redes de "máfia" que ali colocavam as pessoas com base em grandes promessas, verificando-se que não existiam tavirenses a trabalhar ali, que os canais de água estavam infetados e as estufas estavam a propagar-se em Tavira como em Almeria, Espanha. _____

---O Membro Artur Sanina continuou dizendo que a moção pecava por nela não constarem todas as situações de irregularidades, todas as situações que não tinham sido previstas nos projetos e a própria salvaguarda de Balsa que deveria de estar consignada na moção, ou seja, deveria de definir que determinadas áreas tinham que ser salvaguardadas. Todas as entidades como o Ministério da Cultura, sabiam perfeitamente o que ali existia, o que deveriam de fazer e não tinha sido feito, devendo salvaguardar a zona, todavia primeiramente estava a comunidade de Tavira, a sua Autarquia e a beleza do seu Concelho que ainda podia ser maior, mas como alguém o tinha questionado, seria que Tavira não conseguia preservar o seu património deixando que aquela situação se arrastasse até ao ponto em que se encontrava. _____

---O Presidente da Câmara referiu que apenas iria abordar o assunto da moção. Compreendia que as pessoas quisessem ver tudo de igual modo, era político, mas rigorosamente pretendia corrigir o Membro Artur Sanina pois não tinha referido que era ilegal, mas antes que o processo não estava legalizado, ou seja, a empresa tinha ali construído os dois tanques à margem do licenciamento municipal e entretanto, relativamente aos tanques em particular, já tinha havido um parecer negativo do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional quanto à legalização dos tanques de rega. Para que não existissem dúvidas aquele processo apenas era negativo porque tinha sido a Câmara Municipal que, em determinada altura, tinha convocado a CCDR para que o embargasse precisamente porque lhes parecia que estava a tocar na parte reconhecida como ZPE de Balsa. Até tinha tido a oportunidade de se deslocar ali e o que tinha verificado considerava vergonhoso porque existia muito lixo acumulado, restos de morangos, sacos plástico, todavia os artefactos já ali existiam. _____

---O que a presente moção pretendia era unicamente dar força a uma pretensão do próprio Ministério da Cultura que era a de alargar a ZPE na sequência de um estudo que tinha sido elaborado. Ele até tinha

participado ali numa sessão de sensibilização promovida pelo Ministério da Cultura, com grande audiência, e onde tinha ficado até mais tarde por lhe parecer prudente dizer à Cultalg que fizesse o possível para alargar a zona de proteção de Balsa para que um dia mais tarde, também ouvindo o Professor Fraga, o Arqueólogo Maia, e um conjunto de personalidades que ali tinham estado, algumas que conhecia, reconhecendo os seus créditos na matéria, de modo a que fosse possível alargar a ZPE. _____

----Pensava que era negativo que considerassem tudo de igual forma naquela propriedade, mas se assim o entendessem, percebia, pois tratava-se de uma questão de politiquice. No caso concreto de Balsa, porque era aquele o conteúdo da moção, a intenção era a de alargar a ZPE para toda a faixa entre Balsa, Santa Luzia e Luz de Tavira, por considerarem que devia de ser maior á existente, o que também era reconhecido quer pela CCDR quer pelo Ministério da Cultura de modo a que ninguém colocasse ali o que quer que fosse. A propriedade em específico tinha três zonas de proteção especial, a ZPE de Balsa que pretendiam alargar, sendo que a moção tinha como finalidade dar força á pretensão, significando que muitos proprietários seguramente seriam afetados, pois na opinião do Executivo, a zona deveria de ser maior. _____

----A segunda nota que queria dar referia-se ao facto de existir uma zona RAN – Reserva Agrícola Nacional sendo apenas naquela zona que o Ministério da Agricultura e a Drapalg tinham dado autorização para a colocação de tuneis, que não eram muito grandes, e depois havia uma zona REN onde nada podia ser efetuado, o que também já estava reconhecido. Estavam a colocar estufas em todo o lado sendo que uma parte já tinha sido recuperada, tendo os tanques sido embargados, pelo que a sua construção estava parada por não ter licenciamento favorável. Presentemente ninguém ali estava a fazer o que quer que fosse até porque existiam várias entidades atentas àquele processo que inicialmente tinha sido despoletado por um conjunto de contatos entre a Câmara, a Drapalg e Cultalg e depois, obviamente, com a pressão da sociedade civil que naquele caso concreto tinha sido muito útil levando a que Cultalg reconhecesse que o perímetro especial que deveria de ser alargado. _____

----Considerava que naquela fase em que se encontravam e, pensava que o motivo da moção estava relacionado com a proteção da zona de Balsa que era um assunto importante para a comunidade de Tavira, de modo a que não fossem ali colocadas mais estruturas do que as que já tinham sido colocadas. Quanto às estufas em RAN, não se tratava de licenciamento da Câmara. Bem gostaria de licenciar toda aquela área por consideravam que todo o território do Concelho de Tavira deveria de ser de gestão do Município de Tavira sendo que também sabiam respeitar as leis, mas infelizmente assim não era pois as estufas eram licenciadas sem que soubessem. Na REN não era possível construir nada, sendo que apenas poderiam ser colocados painéis solares, que ficando mal para a paisagem, para o ambiente, a REN podia estar repleta de painéis solares como por exemplo tinha sido autorizado em Alcoutim com muitos megawatts enchendo um campo todo de painéis solares. _____

----Pretendia dar aquela nota quanto ao parecer desfavorável à legalização de um tanque de rega com uma área de novecentos e vinte e sete metros quadrados que tinha sido emitido pelo ICNF, o que face

aos pareceres do ICNF e da CCDR relativos à legalização de tanques de rega, a pretensão não se encontrava em condições de merecer parecer favorável. Aquela questão traduzia o facto de ao continuar o processo de legalização dos depósitos, estes simplesmente tinham que ser destruídos porque não estavam legalizados estando o processo a decorrer. _____

---O Membro Artur Sanina pedindo desculpas pelo monopólio da palavra referiu que quando recebiam os documentos tentavam prepará-los para posteriormente colocarem as questões na Assembleia. _____

---Relativamente à moção apenas pretendia dizer que presentemente existia um movimento cívico que tinha vindo a trabalhar naquela questão, estando a adquirir um conjunto de elementos e documentação tentando que moções como aquelas fossem enriquecidas. Assim considerava que aquela moção tinha surgido por aquela mesma razão, por causa do movimento cívico que estava a surgir porque realmente era importante que ela fosse apresentada naquele mesmo dia, não se tratando de politiquice mas antes de um anseio de um movimento que surgia e se reforçava. Sobre a análise que tinha sido efetuada quanto à moção ela refletia o que se encontrava. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou à moção apresentada pela bancada da CDU que apesar do seu proponente não se encontrar presente a colocava à discussão. Pensava que todos dispunham da mesma que estava relacionada com o transporte de passageiros em viaturas ligeiras, vulgo, táxis. _____

---O Membro José Graça disse que relativamente àquela moção que era proposta pela CDU e lamentando que o seu proponente não estivesse presente para a defender e prestar os esclarecimentos que gostariam de obter, a bancada do PS iria abster-se por ter dúvidas sobre aquela matéria nomeadamente por ser contrária à prática do Governo na aposta na descentralização e no reforço das competências das autarquias locais, sendo a matéria e o sentido nela indicado, mas também porque na última sessão da Assembleia Municipal tinham aprovado uma delegação de competências do Município na CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, nomeadamente em matéria de transportes sendo que estava algo relacionado com aquela articulação que, presentemente, era possível fazer com o novo regime jurídico e que viria a ser possível criar no futuro a autoridade intermunicipal de transportes do Algarve. _____

---Continuou referindo que como tinham dúvidas, e desconheciam a intenção do Governo em centralizar poderes naquela matéria ou de liberalizar aquela situação, a bancada do PS ir-se-ia abster. _____

---A Membro Muriel Dias disse que pensava que seria de bom-tom não discutirem a moção visto o seu proponente não estar presente e considerava que nada iria acrescentar se fosse votada na presente ou em próxima Assembleia, supondo no entanto que seria mais justo se o proponente estivesse presente. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que ia colocar à votação a aceitação ou não da moção para discussão e votação na sessão seguinte da Assembleia Municipal. Foi aprovada por unanimidade o adiamento da moção a sua passagem para a Assembleia Municipal seguinte caso o seu proponente entendesse introduzi-la. _____

---Informou que iriam continuar com o período antes da ordem do dia recordando ao público que se encontravam abertas as inscrições para a discussão de assuntos de interesse municipal. _____

---O Membro Filipe Lopes disse que lamentava que ainda não tivesse sido possível terem a transmissão da Assembleia Municipal via rádio, desconhecendo se existiria alguma novidade quanto ao assunto, mas gostava de sugerir que eventualmente a página Web do Município pudesse entretanto disponibilizar aquele serviço. Certamente que não se tratava da situação ideal porque existiam muitas pessoas que não possuíam internet ou computador mas seria uma situação provisória que poderia ser pensada para uma próxima e breve Assembleia Municipal. _____

---O Presidente da Assembleia respondendo ao Membro disse que a moção ali apresentada e aprovada no passado dia três de outubro tinha seguido os seus trâmites normais sendo que naquele mesmo dia tinham recebido da Rádio Horizonte uma comunicação de que não dispunham de meios técnicos para efetuar a transmissão e também tinha conhecimento que a Rádio Gilão tinha estado representada naquela sala anteriormente ao início da sessão, todavia não visualizava ninguém presente, pelo que provavelmente também deveriam de ter chegado á mesma conclusão. Era o que podia responder mas obviamente que a moção tinha seguido as vias normais pelo que aguardavam que a transmissão fosse efetuada. _____

---O Membro Artur Sanina disse que primeiramente pretendia efetuar um pedido de esclarecimento. Tinha sido enviado a todos os Deputados da Assembleia Municipal um pedido de voto da Assembleia com vista à declaração do Concelho de Tavira como zona livre de CETA, TTIP e TISA (tratados promovidos pela Comunidade Europeia como incentivo às trocas comerciais e negociados com o Canadá (CETA), com os EUA (TTIP) e com os países da Organização Mundial do Comércio (TISA)). O pedido tinha sido remetido também ao Presidente da Câmara pelo que gostava de saber qual a intenção perante o pedido efetuado, com moções aprovadas em determinados concelhos do Algarve como zonas livres, como era o caso de Loulé cuja moção tinha recebido. Assim gostava de obter qualquer informação quanto àquela matéria. _____

---A outra informação que pretendia estava relacionada com uma visita que tinha efetuado no sábado anterior à localidade de Cabanas onde um conjunto de pessoas se tinham mostrado preocupadas, cuja preocupação já tinham transmitido ao Presidente da Câmara numa reunião realizada na Junta de Freguesia e que se referia a um caminho que presentemente estava vedado. Tinha tido a preocupação de se documentar com fotografias pois considerava que o que tinha encontrado não era aceitável na medida em que falando com as pessoas tinha verificado os vários aspetos históricos ligados ao caminho que presentemente se encontrava vedado. Tinha grande importância no aspeto histórico uma vez que tinham sido constituídas famílias com pessoas de entre Cacela Velha e Cabanas que faziam aquele percurso a pé. O caminho era um meio das pessoas passarem e conviverem, observarem a Ria Formosa e todo o património existente que alguém vinha presentemente reclamar como seu não dando autorização para a passagem ameaçando inclusivamente a algumas pessoas. _____

----Casualmente tinham distribuído um pequeno panfleto referindo que não necessitavam de muros, sendo que pretendia entregar pessoalmente ao proprietário mas não tinha tido a oportunidade de o conhecer. _____

----Pretendia questionar o Presidente da Câmara relativamente aos mapas que tinha apresentado na reunião da Assembleia de Freguesia em que demarcação do domínio público marítimo lhes parecia incorreta. A legislação era clara ao aferir que eram cinquenta metros a partir da linha máxima da preia-mar de águas vivas, ou seja a base da arriba, pelo que toda a fortaleza se encontrava dentro do DPM – Domínio Público Marítimo. A questão que colocava era se o Presidente da Câmara considerava aquela preia-mar e se a limitação daquela vedação deveria de ser considerada na base ou na parte superior da arriba pois a prova que o proprietário tinha efetuado antes de janeiro do ano de dois mil e catorze de que a propriedade era privada anteriormente a mil, oitocentos e sessenta e quatro apenas seria relevante para definir a titularidade do terreno embora não isentasse o proprietário, fosse particular ou estatal, de respeitar os serviços de uso público inerente ao DPM incluindo o direito de passagem também claramente consignado no artigo 21º de Lei 54/2005. Assim questionava o porquê da Câmara Municipal ainda não ter tomado uma atitude visto a Lei prever todas aquelas situações. _____

----O Membro Artur Sanina continuou referindo que tinha ficado estupefacto com o limite onde o Município tinha colocado a vedação e, tendo havido pessoas a tentarem passar junto da vedação, tal representava um perigo, podendo cair pela arriba abaixo por o espaço ser muito pequeno, razão pela qual as pessoas evitavam efetuar aquela passagem. O que sucedia era que presentemente era visível a ansiedade da população de Cabanas, a sua revolta. A Lei não dava razão ao proprietário e o Presidente da Câmara tinha dito que ia consultar os serviços jurídicos da Câmara para aferir até que ponto aquela situação poderia ser resolvida sendo que, presentemente e por vontade da própria população de Tavira, ele estava ali a abordar o assunto porque estavam revoltados. _____

----O Presidente da Câmara disse que relativamente ao CETA/TIPP gostava de referir que percebia a envolvimento do problema. Tinha recebido uma comunicação de um grupo de pessoas para agendamento de uma moção em Reunião de Câmara. Confessava que não o tinha feito por considerar que era um assunto para ser decidido em Assembleia Municipal pelo que sugeria ao Presidente da Assembleia Municipal que em Conferência de Líderes ou como entendesse, já que possivelmente teria algum interesse em promover um debate nem que fosse para que os Deputados Municipais tomassem conhecimento do que era o CETA, o TIPP e quais as implicações que tinham, inclusivamente convidando os próprios subscritores a esclarecer aqueles pontos, pois considerava que não existiam muitos exemplos, apenas uma única Câmara. Pensava que deveriam de promover a discussão no seio da Assembleia Municipal convidando os promotores a esclarecer as pessoas sobre o que era o CETA, o tratado livre do comércio, e as implicações que tinha entre os blocos transatlânticos, europa/américa, américa/pacífico, e como se relacionava e implicava com a vida coletiva para, de uma forma esclarecida, a Assembleia Municipal poder deliberar relativamente a uma moção. _____

----Continuou referindo que pensava que deviam de alargar o debate em vez de estarem a fazer declarações até porque, do que conhecia do regulamento, existia a obrigatoriedade de agendar aquelas matérias para a Reunião de Câmara que deliberava sob a forma de propostas dos Vereadores da oposição ou da maioria, sendo o que era efetuado sempre que existiam propostas formuladas daquele modo. _____

----Tinha entendido que aquele assunto deveria de ser tratado no âmbito da Assembleia Municipal sendo a razão pela qual tinha efetuado aquela sugestão ao Presidente da Assembleia Municipal que certamente trataria o assunto com competência, pelo que era aquela a justificação para não ter sido agendado qualquer ponto sobre aquela matéria, visto considerar ser aquele o fórum certo para poderem esclarecer e tomar a posição que os Deputados Municipais entendessem por bem. _____

----Relativamente à vedação de Cabanas, o Presidente da Câmara disse que geralmente tentava cumprir o que dizia sendo que não pretendia que existissem falsas ideias quanto ao que dizia. Havia um proprietário que tinha colocado uma vedação em determinado local, que se lhe perguntassem se achava bem, responderia que não, que achava mal, contudo defendia o direito de propriedade ou o que poderia ser um direito de propriedade porque a sua cultura, a sua maneira de ser, e pensava que a de todos os que defendiam a propriedade privada, era aquela. _____

----Como tinha explicado há uns tempos, até numa Reunião de Câmara, tinha havido uma delimitação que o proprietário daquele terreno tinha colocado e que estava fora do perímetro urbano, que terminava na estrada sendo que a partir daquele local era reserva agrícola e, uma parte, possivelmente zona de proteção da Ria Formosa. A partir de uma determinada altura o proprietário tinha resolvido delimitar a propriedade sendo que para tal tinha contratado um advogado e um topógrafo da praça de Tavira que tinham efetuado um trabalho cujo resultado tinha sido a demarcação que tinha efetuado no terreno. Com base no que tinha dito ele, enquanto Presidente da Câmara, tinha visitado o local e promovido uma reunião que tinha juntado a população de modo a tentar esclarecer e a ouvi-los relativamente àquela matéria porque também ele quando jovem tinha sido usufrutuário ou usuário daquele caminho até à parte mais baixa junto à ribeira, sendo que por vezes até iam mais longe porque com a maré baixa conseguiam passar para a praia. Tinha-se comprometido que dentro de quinze dias iriam contactar com o proprietário, sendo que tinha contactado com a APA – Agência Portuguesa da Ambiente que tinha convocado o proprietário para uma reunião, que tinha acontecido, tendo originado um espécie de compromisso para que passasse a vedação mais para trás. Pensava que qualquer boa vontade ou acordo era sempre melhor que uma ação em Tribunal. Entretanto já tinha falado novamente com o proprietário que lhe tinha parecido estar algo renitente, tendo-lhe falado na existência de duas primas. Tinha ficado marcada uma reunião para o dia cinco de dezembro para se dirigiram ao local sendo que, na prática, o que a Câmara pretendia era o recuo da vedação em pelo menos dois metros. _____



----Se o questionassem quanto à legitimidade diria que o que estavam a tentar era assegurar aquela passagem porque já tinha ouvido uma conversa em que a proprietária, ou proprietário da Fortaleza que tinha sido vendida há alguns anos, também pretendia efetuar o mesmo em frente a esta. _____

----Assim iria conversar com o proprietário para ver como podiam resolver, todavia o que podia assegurar era que haveria um caminho pedonal em frente àquela vedação por cima da arriba e não por cima da areia como o proprietário lhe tinha dito para fazer que se tal não se verificasse já tinha falado com o advogado da Câmara e entrariam ações judiciais de delimitação de um caminho público ou de uma servidão pública. Claramente que a primeira solução seria a melhor porque não originava grandes questões e todos poderiam ali passar mas se tivessem que seguir para a segunda opção com uma ação de delimitação, das duas ou três possibilidades concedidas por Lei, também o fariam. Era pois o que poderia fazer naquela fase porque seguramente se o proprietário tinha marcado o terreno seria porque dispunha de documentação. _____



----Não tinham recorrido à legislação como o Membro Artur Sanina porque estavam em fase de tentar chegar a um acordo para recuar porque existia algo que era reconhecido por todos, estavam ali uns marcos junto à estrada que tinham uma seta para cima sendo que a população diz que presentemente também têm uma seta para baixo. O que pretendiam era que tivessem apenas a seta para cima como anteriormente sendo que se tivessem que delimitar que o fizessem mas que ficasse salvaguardada a passagem. _____

----Tinha decorrido cerca de um mês e ainda não tinha sido possível resolver a questão pelo que veriam se no dia cinco seguinte, cuja reunião no local estava aprazada, conseguiriam resolver a questão pois ganhava toda a população de Cabanas voltando a paz pública. Se não houvesse entendimento entrariam ações em Tribunal que obviamente levariam o seu tempo mas que acreditava ganhariam porque, de facto, aquele caminho nunca tinha sido vedado e todos passavam publicamente por ali. _____

----O Presidente da Câmara acrescentou ainda que o BE estava preocupado, pois ele também estava, contudo tinha um modo de tratar das questões de uma forma mais discreta, sem panfletos que considerava perfeitamente legítimos e que percebia, mas ele tinha que dialogar com o proprietário, tratar junto da APA reconhecendo a propriedade e salvaguardando os interesses do Município porque o que não pretendia era que alguém se abarbatasse, e era aquele mesmo o termo, que devia de constar no dicionário, com terrenos que não lhe pertencessem, porque não era técnico pelo que não conseguia justificar o local por onde a linha passava, sendo que o documento que tinha entregue na reunião era um documento técnico elaborado pela equipa de projetos da Câmara. Estavam a falar de algumas cotas que estavam marcadas no próprio diploma e que tinham sido marcadas num documento que lhe tinha sido entregue sendo que o que não constava era a sobreposição para o território, mas continha a linha de marcação. Tendo como base o documento na parte do canto a marcação parecia estar bem, mas o que contestavam era o restante considerando que estava mal porque não seria possível efetuar daquela forma. Sabiam que o terreno tinha enchido a linha, estando tudo assoreado, e a própria falésia já devia

de ter recuado o que resultava do desgaste do terreno, porém o que pretendiam era que existisse uma passagem que recorreriam a Tribunal se necessário fosse para criarem à frente do território uma servidão pública. _____

---O Presidente da Câmara para terminar reiterou que iria acontecer uma reunião no dia cinco seguinte que comunicaria à posteriori o que iria acontecer. Tinha ali o mapa onde os serviços tinham procedido à delimitação com a marcação da linha do domínio público marítimo, mas aquele trabalho técnico não solucionava o problema da passagem sendo o que pretendiam salvaguardar. _____

---O Membro Artur Sanina agradeceu as palavras do Presidente da Câmara e referiu que iria informar a população naquele sentido embora se fosse realizar reunião com o proprietário no dia cinco seguinte. _

---O BE de facto preocupava-se tal como o Presidente da Câmara se preocupava que, na sua atuação como autarca reunia com a população, sendo que o BE tinha como modo de contacto o dialogo com a população, eventualmente a distribuição de alguns panfletos informativos como o referido que passava a ler a parte final: *"...Desta forma o Bloco de Esquerda de Tavira vem apelar às autoridades competentes, nomeadamente à Câmara Municipal para que se pronuncie e tome uma decisão urgente sobre esta situação..."*. Estavam portanto a efetuar um apelo embora reconhecessem que o papel da Câmara era esse mesmo, mas era o modo que tinham de lidar com as pessoas havendo quem o fizesse através da Internet, outros do *Facebook*, mas eles preferiam estabelecer contatos com as pessoas privilegiando as comunicações pessoais cujo modo de trabalhar sabia que o Presidente da Câmara respeitava tal como ele respeitava o modo do Presidente. _____

---O Presidente da Câmara disse que se corroborava na opinião formulada pelo Membro Artur Sanina sendo que todas as opiniões eram válidas e naquele caso concreto estavam sintonizados porque tinha sido ele próprio que ali se tinha dirigido, que tinha marcado a reunião para tentar esclarecer estando, de alguma forma, comprometido com as pessoas, desconhecendo o resultado, em relação a um procedimento para salvaguardar um caminho público. Todavia não o conseguia realizar nos *timings* que pretendia por questões relacionadas com a ausência do proprietário, sendo que teria a reunião com ele e aparentemente com duas primas que também eram donas do terreno. A sua posição era claríssima e já tinha tido oportunidade de a expressar. Considerava que era necessário recuar a estrutura existente de modo a dar passagem às pessoas, pela frente, pelo que se não conseguissem chegar a acordo seguiriam o caminho mais difícil. _____

---Quanto ao documento do BE, este salvaguardava a posição da Câmara e era perfeitamente legítima, o que não estava em questão, sendo que a preocupação refletida também era a sua. _____

---Para terminar referiu que apesar das respostas, as pessoas estavam inquietas pois já tinham visto muita coisa acontecer e, não estando convencidos, obviamente que não seria o proprietário que lhe iria dizer se estava ou não bem e, provavelmente também não seriam os serviços da Câmara, sendo que, no limite seria um Tribunal que iria delimitar. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões referiu que passavam ao ponto número um da ordem de trabalhos referente à relação de procedimentos realizados ao abrigo da “Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais” – Proposta 49/2015/CM. _____

----O Presidente da Câmara informou que aquele documento tinha como finalidade dar conhecimento à Assembleia Municipal de um conjunto de procedimentos que tinham sido efetuados no âmbito da delegação de competências até ao montante de cerca de noventa e nove mil euros e que tinham que dar conta por serem plurianuais. Na prática, tratava-se de três intervenções, no Mercado Municipal cujas estruturas tinham voado há alguns anos e que iriam ser recolocadas presentemente, de um protocolo com a Associação In Loco devido ao DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária e a implementação de medidas de autoproteção no edifício da Porta Nova. _____

----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número dois da ordem de trabalhos relativo ao Relatório do 1º Semestre 2016. _____

----O Presidente da Câmara informou que era obrigatório dar conhecimento aos órgãos do relatório de gestão do 1º Semestre. O que aquele relatório indicava era que as contas da Câmara estavam perfeitamente em linha com o projetado, até algo melhor no que se referia à despesa visto existir uma maior despesa de capital, ou seja, mais investimento, o que era perceptível e que resultava também de uma boa gestão da despesa corrente. _____

----Como se podia aferir no documento a receita tinha sido executada em sessenta e três vírgula noventa e oito por cento e a despesa estava em trinta e um vírgula cinquenta e um por cento o que obviamente ilustrava uma boa execução orçamental já que a receita era superior à despesa que já se encontrava liquidada. Como em fevereiro tinham incorporado o saldo de gerência do ano anterior, tinham tido um aumento da receita de doze vírgula cinquenta e quatro por cento por influência do saldo de gerência anterior. _____

----A despesa realizada tinha aumentado em função das empreitadas, as despesas de capital tinham aumentado mais em termos percentuais do total dos cerca de quatrocentos e quarenta mil euros e as despesas com pessoal tinham diminuído drasticamente pela denuncia do contrato de execução baixando a despesa com pessoal em treze vírgula oitenta e quatro por cento, menos cerca de seiscentos e cinquenta e cinco mil euros sendo uma parte resultante do financiamento que de alguma forma faziam ao Ministério da Educação por terem sido chamados a liquidar algumas despesas. _____

----Um dado muito relevante ou pelo menos que ele assim considerava tratava-se da redução da dívida total da Câmara que nos primeiros seis meses do ano tinha baixado dezanove vírgula quarenta e dois por cento o que significava que tinham conseguido amortizar cerca de três milhões, duzentos e setenta e cinco mil euros e a Câmara cumpria todos os limites de endividamento apresentando uma boa gestão.

----Não constava no relatório mas pensava que o prazo médio dos pagamentos naquele semestre era de vinte e quatro dias, sendo que no segundo semestre tinha baixado para dezanove dias. _____

---O que podiam reparar da análise da receita era que a mesma estava a subir ligeiramente como constava na página número nove do relatório, se o IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, que era as vendas, por força do mercado imobiliário estava a subir, pelo contrário o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis estava a descer porque no ano anterior tinham baixado o IMI de zero vírgula quarenta para zero vírgula trinta e nove e tinham adotado o IMI familiar o que originava uma perda de receita estimada de entre quatrocentos e quatrocentos e cinquenta mil euros. Os números confirmavam-no e na análise da despesa o que verificavam era a existência de um conjunto de rubricas de despesas fixas que vinham a diminuir, sendo algumas quase impercetíveis, o que demonstrava o rigor orçamental no período em análise com uma ideia clara de reforçar as despesas de investimento e controlar as despesas correntes pelo aumento da receita nomeadamente do IMT e com a quebra na receita do IMI em função de uma politica de gestão pela diminuição dos impostos na área do IMI e efetuando uma fortíssima redução nas despesas com pessoal em resultado da rescisão do protocolo de execução. _____

---Se não estava enganado, no ano de dois mil e nove a Câmara tinha cerca de quinhentos e trinta funcionários sendo que presentemente eram quatrocentos e quatro o que refletia que a Câmara Municipal no corrente ano tinha produzido muito mais com muito menos colaboradores. _____

---Relativamente ao relatório pensava que se tratava de um bom documento. A dívida total á Banca era de onze milhões e seiscentos mil euros tendo diminuído desde o ano de dois mil e nove em que era de cerca de vinte e nove milhões e quinhentos mil euros, pelo que até ao presente as contas da Câmara seguiam em linha com uma boa gestão orçamental, rigor na gestão, que considerava importante para todos porque, na prática, tratava-se da salvaguarda do futuro do Concelho com investimento a ser lançado como todos certamente já se tinham apercebido que estava a ser efetuado um investimento sério, importante, um pouco por todas as freguesias porque todo o Concelho contava. Tinha havido uma fase de pavimentações e já estavam a proceder ao lançamento de um conjunto de infraestruturas municipais de recuperação do património, nomeadamente aquela mesma Biblioteca cujo concurso já tinha sido lançado há alguns dias e que iria sofrer uma intervenção de cerca de quatrocentos mil euros pois, como podiam verificar, estava a ficar algo degradada. _____

---Terminou dizendo que pensava tratar-se de um documento muito estável, muito conservador na abordagem seguindo a mesma tendência dos outros anos com a minimização da despesa e a maximização das despesas de capital com uma tendência mais ou menos constante em relação à receita. _____

---O Membro Brandão Pires referiu que a sua intervenção era no sentido de corroborar o que o Presidente da Câmara tinha dito em traços gerais. Considerava que as contas do primeiro semestre á semelhança do que já acontecia anteriormente apontavam que a Câmara estava num bom caminho. _____

---No período em análise verificava-se uma poupança corrente de três milhões e trezentos mil euros o que era bastante, tendo a receita corrente sido de doze milhões e quinhentos mil euros. Basicamente a

despesa corrente tinha sido de apenas nove milhões de euros pelo que num semestre ser conseguida uma poupança corrente daquela ordem de grandeza era muito significativo e traduzia-se na possibilidade da, como tinha sido referido, redução da dívida total principalmente nos cerca de três milhões e trezentos mil euros, valor que tinham conseguido diminuir em apenas um semestre. _____

----Concluiu reiterando que considerava que a Câmara estava no bom caminho tanto para o corrente como ano seguinte e que fosse quem fosse o próximo Presidente de Câmara iria receber uma Câmara em boa situação financeira com as finanças equilibradas. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões, passou ao ponto número três da ordem de trabalho sobre a apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. _____

----O Presidente da Câmara explicou que se tratava da atividade municipal desde a sessão anterior realizada em trinta de setembro último. _____

----Tinham vindo a ter uma atividade cultural muito interessante tendo para além da atividade cultural de que já dispunham, contratualizado com o 365 Algarve, um conjunto de iniciativas que em Tavira tinham tido uma expressão muito interessante o que, obviamente fazia com que ao final de semana ou de quinta-feira a sábado e por vezes também ao domingo existisse alguma oferta para a comunidade taviense. _____

----Realçava a Feira de São Francisco talvez por ser a mais popular e tradicional. _____

----As exposições existentes eram as mesmas. _____

----Aconselhava a que vissem a exposição de Fernando Ricardo composta por cento e cinquenta fotografias da sua experiência como grande fotógrafo pois pensava que valia a pena passar pelo Palácio da Galeria. _____

----Tavira era a terra em que Fernando Pessoa tinha feito nascer Álvaro de Campos, pelo que seguramente nos próximos tempos, estando consolidada a Dieta Mediterrânica, pensavam que o trabalho a efetuar seria no sentido de tentar ligar Tavira à figura de Álvaro de Campos. Felizmente que a Casa Álvaro de Campos estava a trabalhar muitíssimo bem com muitas atividades e ao longo do corrente mês de novembro decorreria a comemoração dos cento e vinte e seis anos do aniversário de Álvaro de Campos celebrados ao longo dos meses de outubro e novembro repletos de atividades realizadas na Casa Álvaro de Campos e um pouco por toda a parte, presenciadas por muitos e para o que tinham contado com o apoio da Câmara Municipal, do 365 Algarve e da Direção Regional de Cultura. _____

----No âmbito da Dieta Mediterrânica continuava a realizar-se um conjunto de passeios temáticos e oficinas que de alguma forma faziam parte do plano de salvaguarda. _____

----Realizou-se o Festival de Curta-Metragens - FARCUME. _____

----Quanto à música tinha acontecido o "Outonalidades" cujo último concerto pensava que se iria realizar no final de semana seguinte. _____



- A Música nas Igrejas tinha tido uma programação reforçada no corrente ano. _____
- Tinha sido efetuada uma homenagem a Manoel de Oliveira. _____
- O Festival de Órgão do Algarve tinha-se realizado em duas sessões, tendo a última sessão acontecido na sexta-feira anterior. _____
- Tinham formalizado uma parceria com um grupo que trazia artistas a Portugal que tinham sido realizados cinco concertos relativamente ao que apenas tinham pago um, sendo que pensava que tinha corrido tudo bem para a comunidade. _____
- Na área do desporto continuavam a “Mexer”, realizando três ou quatro atividades como o festival de pista, as caminhadas e um seminário sobre dirigentes desportivos. _____
- Na sexta-feira anterior tinha-se realizado a Gala de Desporto que tinha corrido muitíssimo bem com perto de trezentos atletas distinguidos. Pensava que tinha sido um bom momento para as famílias se juntarem e homenagearem os seus jovens, os seus atletas. _____
- Tinha-se também realizado também um conjunto de passeios e maratonas com a segunda meia maratona de Tavira que tinha sido realizada debaixo de forte chuva mas que tinha sido muito interessante. _____
- Tinham acontecido *workshops*, conferências e apresentação de livro, bem como um conjunto de iniciativas, com as galas de beneficência, festas de finados, *Halloween*, os dias do armistício e outras iniciativas e datas históricas cujas celebrações a Câmara de alguma forma se tinha associado aos promotores. _____
- Passando às intervenções realizadas, como os membros poderiam constatar tinha-se verificado um salto na medida em que tendo terminado o verão as intervenções tinham começado pois tinham que ser programadas as intervenções num círculo curto uma vez que, certamente todos concordavam, as intervenções e o verão não eram absolutamente compatíveis, pois estarem a decorrer empreitadas e festas em simultâneo não era viável pelo que existia uma grande pressão uma vez que os círculos cada vez encurtavam mais e com a ocorrência das chuvas, que acreditassem que se tornava muito complexo de acertar. _____
- Presentemente iriam iniciar um conjunto de intervenções nomeadamente na estrada Morenos – Várzeas do Vinagre, catorze quilómetros partindo da EN - Estrada Nacional 270 em direção aos Morenos, Várzeas do Vinagres e reentrando novamente na EN 270 na Fonte do Bispo. O contrato já se encontrava assinado estando o procedimento para visto do Tribunal de Contas pelo que esperavam iniciar a intervenção ainda no corrente ano. Na fotografia seguinte via-se a intervenção na estrada de Cachopo, sendo que também iam proceder à pavimentação para o que já tinham aprovado a minuta do contrato devendo a sua assinatura ocorrer dentro de alguns dias para ser remetido ao Tribunal de Contas. Tinham um valor de trezentos e noventa e seis mil euros acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. _____

----Iriam realizar-se duas intervenções no Pavilhão Municipal Eduardo Mansinho sendo que a pintura já se encontrada adjudicada com contrato assinado e, pensava que no dia seis seguinte, iria ser assinado o contrato para a substituição de todo o sistema de água quente do Pavilhão Eduardo Mansinho que já tinha vinte e cinco anos e pretendiam evitar que se verificassem quaisquer efeitos de legionela ou outra, pelo que iria substituir toda a tubagem. _____

----Estavam também a realizar a segunda fase do acesso a Santo Estevão cuja primeira fase das Quatro Estradas a Santo Estevão já estava concluída porque o que tinha sido combinado tinha sido a execução da aldeia à Via do Infante, na primeira fase, e presentemente a intervenção era da ponte da Via do Infante à EN 270 para o que a empreitada já tinha sido adjudicada e o contrato assinado com a empresa Construções J J R & Filhos, S.A de Leiria. _____

----Relativamente à intervenção nos edifícios da habitação social a assinatura do contrato já se encontrava marcada pensava que para o dia seguinte. Iriam proceder à pintura de dezoito blocos de habitação social, dezasseis na Atalaia e dois na Rua Eduardo Mansinho que eram os blocos junto à bomba de gasolina. Os blocos da Atalaia iriam ser alvo de intervenção composta por duas partes, pintura e impermeabilização do exterior com vista à eliminação da fissuração existente e um conjunto de arranjos, substituição de mobiliário da cozinha entre outros, no interior, para o que também já tinham outro procedimento em curso. _____

----O Presidente da Câmara referiu uma intervenção de reconstrução de um muro no Mato Santo Espírito e já tinha sido adjudicada uma empreitada no Cemitério Municipal para a reparação das salas dos preparos, onde eram colocados os corpos para os caixões serem chumbados, pois pretendiam dar alguma dignidade àquelas salas colocando algum mobiliário. Iriam também reparar a sala das autópsias e as casas de banho. A empreitada já se encontrava adjudicada pelo que se iria iniciar dentro em breve.

----A intervenção no Mercado Municipal também se encontrava em fase de contrato. Iriam colocar portas de vidro para evitar os ventos cruzados, constantes, sendo que duas das portas iriam ficar fixas e a da frente seria basculante abrindo-se automaticamente à chegada das pessoas evitando assim a entrada de frio. As portas estavam para ser montadas, já possuíam os preços, e pensava que o procedimento se encontrava em fase de relatório final sendo que pretendiam colocar as portas de vidro até ao final do ano. _____

----No que se referia à Igreja de São Roque a parte exterior encontrava-se totalmente concluída, contudo não tinha sido ainda inaugurada visto no seu interior estar a ocorrer uma intervenção numas reminiscências, uns frescos que tinham sido considerados recuperar. Aquela intervenção tinha um custo de cerca de cinquenta mil euros. _____

----Simultaneamente à pavimentação da rua em frente à Igreja tinham aproveitado para proceder à colocação de pluviais que já há vinte e cinco anos eram aguardados porque a rua das traseiras do edifício dos Bombeiros não tinha um sistema de pluviais o que potenciava uma subida das águas ali que escorria rua abaixo. _____

---Indicou mais um conjunto de intervenções de menor dimensão que sendo muitas como os membros sabiam, estavam a lançar um conjunto de pavimentações tendo o último contrato que tinha assinado para pavimentações sido para Santa Luzia, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Luz de Tavira e Conceição/Cabanas. Assim, iam reparando partes das vias principais que se encontravam mais degradadas, colocando uma camada de desgaste com caixa em muitos locais para que tivesse durabilidade de pelo menos quinze anos. _____

---Quanto às reparações na EN 397, a estrada de Cachopo estava muito composta tendo um betuminoso total de antes do Monte da Ribeira até Cachopo. _____

---Existia uma intervenção na zona da Picota que pretendia explicar a razão por que não estava ainda reparada embora já estivesse adjudicada. Tratava-se de uma zona que tinha abatido estando a aguardar que o empreiteiro procedesse à reparação, que existindo ali uma técnica construtiva, inicialmente o proprietário do terreno não tinha autorizado a entrada das máquinas no terreno, tendo por isso perdido imenso tempo. Entretanto tinham conseguido solucionar o problema mas começado as chuvas pelo que estavam a verificar como resolveriam uma vez que o terreno presentemente estava todo molhado. _____

---Estavam ainda a proceder a intervenções em quatro escolas, EB1/JI da Conceição de Tavira, EB1 Cabanas de Tavira, EB1/JI D. Manuel I e EB1 Nº1 de Tavira. _____

---Relativamente à rede viária os membros iriam tendo a perceção do que estava a acontecer pelo que se escusava de explicar visto se tratarem de muitos troços, muitas estradas, muitas frentes de obra. _____

---Já tinha falado da estabilização do talude que tinha catorze metros de desnível. _____

---Se os membros se dirigissem à Freguesia de Cachopo verificariam que o alcatrão já chegava à aldeia e que o Largo Pedro Gamito, localizado na parte superior onde se encontravam os armazéns da Câmara também estava todo pavimentado, todo requalificado, bem como o próprio caminho dos funerais, pelo que se constatava ter havido uma beneficiação clara na aldeia de Cachopo. _____

---Tinha pavimentada a estrada dos Cintados sendo que presentemente estava a ser pavimentada a estrada do Beliche de Baixo e a Portela da Corcha para que todo aquele eixo central, aquele quadrado de ligação entre a estrada dos Cintados, que representava o eixo de atravessamento do Concelho de Tavira com ligação à EN 397 ficasse pavimentado. Assim, as duas estradas estavam a ser pavimentadas e iriam ligar a estrada de Cachopo e a estrada dos Cintados com um betuminoso novo o que poupava trabalho a quem se dirigia de Cachopo ou de Santa Catarina da Fonte do Bispo. _____

---A intervenção à entrada de Cabanas, de acordo com o que o empreiteiro lhe tinha dito estaria terminada até ao dia quinze de dezembro. Na prática, tratava-se da Rua da Estação onde tinha sido colocado saneamento, estruturas novas e a zona em frente ao Parque de Campismo onde seria executada uma pequena rotunda como estava desenhada no PDM – Plano Diretor Municipal porque quando tinham efetuado o alargamento da via de entrada de Cabanas, o que se tinha verificado era que aquela passagem hidráulica tinha ficado descentrada por ser mais estreito. Tinham retirado a passagem

hidráulica para trás, que era outro caminho, e ali iria ser executada uma pequena rotunda que melhoraria o acesso. _____

---No largo da feira, estava a ser construída uma instalação nova que continha novas casas de banho de suporte à feira e ao lado, uma instalação para a sede social da Associação Onda Sólida cuja proposta que o orçamento participativo e apenas presentemente tinha sido possível concretizar. A gestão de todo aquele espaço incluindo sanitários seria efetuada pela Associação. _____

---O Castelo de Tavira já tinha guardas de proteção metálicas e a Rua José Pires Padinha já se encontrava terminada e financiada. _____

---Tinham tido alguns problemas suplementares no edifício do Compromisso Marítimo, ao lado da Igreja das Ondas, pois quando tinham começado a destelhar, tinham verificado que não estava como inicialmente supunham o que apenas era possível aferir em contexto de obra. Na prática o que se verificava era que a cobertura estava toda podre numa empena. Podiam continuar a intervenção com uma simples reparação fazendo de conta que não tinham encontrado nada, contudo tinham entendido que deviam de proceder à sua reparação tendo que ser formalizado um procedimento adicional que tinham tido que lançar de uma empreitada com alguma complexidade sendo aquela a razão por que em determinada altura a intervenção tinha tido mesmo que parar tendo reativado presentemente. _____

---O Presidente da Câmara acrescentou ainda que pretendia partilhar com todos que Tavira tinha sido reconhecida com um diploma que nunca tinham recebido e que era "*Município Amigo do Desporto 2016*" o que considerava ser bom para Tavira porque tinham muitos atletas e felizmente a prática desportiva com o desporto para todos, tinha dado resultados que a Apogesd - Associação Portuguesa de Gestão do Desporto tinha reconhecido. Tinham ficado muito satisfeitos e na sexta-feira anterior tinham recebido mais um galardão a nível nacional, ao nível das bandeiras verdes em que tinham ficado no sétimo lugar nacional. Pensava que era o segundo Concelho do Algarve atrás de Loulé que tinha sido o primeiro no ranking nacional. Tinham subido alguns patamares quanto às práticas ambientais que iam tendo sobre o que era valorizado pela EcoXXI. _____

---O Membro Brandão Pires disse que apenas pretendia reforçar o que o Presidente da Câmara tinha dito relativamente à intenção de ser dada mais ênfase á figura de Álvaro de Campos que considerava ser um bom filão para o Município, para a Câmara Municipal, porque á semelhança do que sucedia, por exemplo, com James Joyce que mobilizava uma nação, a Irlanda, a partir de uma determinada figura que possuíam era possível fazerem algo semelhante a partir de Álvaro de Campos e não só, porque tendo sido Fernando Pessoa a dar-lhe uma identidade, um local de nascimento, traços físicos, tratando-se de alguém mais alto que o próprio Fernando Pessoa, com determinadas características, era possível edificar na cidade uma estátua de Álvaro de Campos apesar de ele não ter existido, havendo contudo elementos sobre a sua figura, o que era um referencial. Com a figura de Fernando Pessoa, o Chiado em Lisboa recebia inúmeras pessoas e as fotografias que tiravam corriam por todo o mundo através de pessoas que as levavam para as suas terras, que colocavam no *facebook*, portanto considerava que poderia ser

um exemplo fortíssimo de promoção de Tavira a figura de Álvaro de Campos que era uma figura muito maior que Tavira, e Fernando Pessoa que lhe estava associado ainda uma figura maior. _____

---Terminou referindo que apenas pretendia dar força àquele aspeto que tinha sido abordado algo *en passant* mas que julgava que se justificava nos próximos anos para o caso de Tavira. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões passou ao ponto número quatro relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 225/2016/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal de 2017. _____

---Informou que colocaria à discussão o Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal em simultâneo sendo que a votação seria efetuada em separado. _____

---O Membro Dinis Faísca disse que relativamente ao orçamento para o ano seguinte lhes tinha surgido uma dúvida substantiva para a qual gostariam de obter um esclarecimento por parte do Presidente da Câmara que consistia em saber qual a base legal para a incorporação de cerca de oito milhões de euros em receitas, outras receitas correntes. _____

---O Presidente da Câmara referiu que a base legal era os termos da feitura do orçamento que era uma base previsional. O orçamento era uma previsão das receitas e despesas sendo que podiam ter procedido como no ano anterior em que, de alguma forma, tinham ficado à espera da incorporação do saldo de gerência, o que tinha acontecido no mês de fevereiro porque no ano anterior tendo pretendido efetuar aquela incorporação em fevereiro, tinham consultado a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais cuja resposta apenas tinham recebido posteriormente, no ano seguinte, informando que esta poderia ser efetuada até abril, pelo que se assim o entendessem podia ser efetuada em fevereiro. _____

---Relativamente ao orçamento em apreciação tinham questionado a DGAL que tinha remetido a resposta para a CCDR que até ao momento ainda não tinha respondido. _____

---Os orçamentos eram uma previsão e sabiam que dispunham de oito milhões de euros em dinheiro que não iriam utilizar. Assim, de alguma forma os orçamentos e a contabilidade pública não tinham previsto excessos, ou seja liquidez pelo que, falando com o Presidente da Câmara de Albufeira que tinha o mesmo problema e estava a fechar as contas, tinha-lhe dito como iria proceder. A base legal era que tratando-se de um documento, uma previsão, referiam claramente onde se encontravam as verbas, as receitas correntes, a dotação que dispunham de excesso de liquidez, pois referiam que existiam oito milhões de euros que seriam transportados e que não iam utilizar sendo por isso excedentes que não necessitavam, pelo que não os conseguiam incorporar em lado algum. A contabilidade pública não previa aquela rúbrica, as disponibilidades, cuja questão tinham colocado pois também sabiam que iriam incorporar o saldo de gerência novamente em fevereiro do ano seguinte, pelo que estavam a falar de um espaço temporal tendo considerado que deveriam de efetuar o exercício daquela forma. _____

---A base legal era a elaboração dos orçamentos convictamente de que estavam a proceder corretamente e que a resposta da CCDR lhes daria razão, que serviria de exemplo, porque as Câmaras Municipais por norma não tinham disponibilidades mas dívidas sendo que o que estava a acontecer era

que devido à Lei dos Compromissos, cujas verbas tinham que comprometer mas que devido aos concursos serem muito demorados originavam criando liquidez pois continuavam a receber a receita. Todas as Câmaras estavam a criar aquelas disponibilidades sendo que convictamente tinham criado uma rubrica que era explicada como disponibilidades, ou seja, outras receitas correntes onde constava a verba que tinham no banco e que devia de ser incorporado no orçamento para que o desenvolvimento do Concelho não parasse. As Câmaras Municipais estavam a ficar todas com aquele problema pelo que pensava que nos dias seguintes haveria um esclarecimento sobre o assunto, contudo era a única justificação, pois conheciam bem a Lei, e sabiam que esta lhes permitia que justificassem a receita já que se referia à média das receitas e à média das vendas, não sendo nada ficcionado, porque sabiam onde se encontravam as verbas e que as mesmas correspondiam a disponibilidades que a Câmara possuía, como os membros poderiam verificar através do saldo de caixa sabendo perfeitamente quais eram as receitas, e que a verba que dispunham em caixa era muito superior aos compromissos que tinham vindo a assumir, sendo aquela a base legal que convictamente tinham seguido. _____

---Quanto àquela questão tinham pedido parecer a DGAL que não lhe tinha respondido tendo presentemente reencaminhado a questão para a CCDR que seguramente lhes responderia o que pensava seria bom para todas as Câmaras. Também tinham pedido parecer á ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses porque se tratava de um assunto que os estava a afetar a todos. Entretanto tinham efetuado uma consulta comparada àquelas Câmaras com quem, de alguma forma, também se iam aconselhando de modo a que os técnicos tivessem confiança nas propostas que iam fazendo, porque todos trabalhavam em rede e existiam várias práticas que se iam fazendo como colocar a verba em outras despesas correntes que, após a introdução do saldo ficava tudo liquidado. _____

---O Presidente da Câmara concluiu dizendo que não tinha qualquer reserva sobre aquele assunto. _____

---O Membro Dinis Faisca disse que tinha levantado a questão porque de facto, presentemente constituía uma dificuldade de todas as Câmaras, umas com maior outras com menor volume de dinheiro, porém uma dificuldade de todas as Câmaras porque àquele valor correspondia um valor idêntico de despesa que era necessário inscrever no respetivo orçamento. _____

---Tinha-se dado ao trabalho de ir à procura da Lei sobre o assunto e a Lei do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e dos acórdãos do Tribunal de Contas a respeito, eram muito claras, e diziam que o saldo de gerência ou parcialmente o saldo de gerência, a verba correspondente parcial ao saldo de gerência, apenas poderia ser integrada após o encerramento de contas e a devida aprovação das mesmas pelos respetivos órgãos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Era o que constava no POCAL e nos acórdãos do Tribunal de Contas, pelo que não existiam quaisquer dúvidas. Era evidente que as Câmaras tinham um excedente mas não sabiam de quanto. Um orçamento como o Presidente da Câmara tinha referido e bem, era um documento previsional mas naquele caso não se tratava de uma verba previsional mas antes de uma verba que já existia e que tinha sido incluída no orçamento do ano de dois mil e dezasseis quando da respetiva correção, da revisão

orçamental efetuada em fevereiro anterior quando da incorporação daquele valor, o que significava que no mês de fevereiro seguinte aquando da revisão orçamental e do momento de integração do saldo de gerência iria verificar-se uma duplicação de verbas, ou então, não iria ser incorporada a totalidade do saldo de gerência porque parte da verba já se encontrava no orçamento. O que a Lei referia era que seria aquele o momento da incorporação do saldo de gerência. De facto aquela verba inscrita era um excedente de tesouraria, ou seja uma parte do saldo de gerência. _____

---Continuou referindo que também existia na Lei uma outra situação que era bem clara, pelo que considerava a existência de uma dupla violação da Lei. A primeira estava relacionada com o momento da incorporação da verba e a segunda com a rubrica em que a verba tinha sido incorporada. A Lei era clara e dizia que aquela verba não devia de ser incorporada em *Outras Receitas Correntes* mas em *Outras Receitas*, a rubrica dezasseis que era a respeitante ao saldo de gerência. _____

---Passava à leitura do classificador económico das receitas e despesas das Autarquias Locais, sendo que a rubrica oito onde a verba tinha sido incorporada dizia: *"Compreendem as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo, extravio de bens patrimoniais, indemnização de estragos provocados por outrem em viaturas, ou em quaisquer equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA"* o que não lhe parecia ser nenhum dos casos. _____

---A rubrica dezasseis que era onde deveria de ser incorporada aquela verba, dizia o seguinte: *"Compatibilizam-se os saldos de gerência que constituem receita das autarquias locais no ano seguinte àquele a que respeitam. A sua utilização, total ou parcial só pode ocorrer em sede de revisão orçamental"* como tinha acontecido no ano anterior e todos os anteriores àquele, *"com contrapartida de aumentos de despesas orçadas após apreciação e votação, pelo órgão deliberativo competente, da conta de gerência a que respeitam"* tal como havia acontecido nos demais anos. _____

---O SATAPOCAL - Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL relativamente àquela matéria dizia: *"Relembramos que o saldo da gerência anterior não constitui receita corrente ou de capital"*, era portanto outras receita como referia a rubrica dezasseis onde se lia: *"Ora de facto o saldo que transita de um ano para o outro"* que era sobre o que estavam a falar, de parte de um excedente de tesouraria, *"saldo apurado da gerência anterior só pode ser inscrito no orçamento da receita através de uma revisão orçamental após a apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas"*, como tinha acontecido no ano anterior e existia toda aquela legislação sobre o assunto que, a respeito, o SATAPOCAL ainda referia: *"as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada"* o que significava que se aquela receita não tivesse uma inscrição adequada a despesa correspondente àquela receita não podia ser efetuada. _____

---O Membro Dinis Faisca continuou dizendo que sobre a matéria há dois anos atrás, dois mil e catorze, o Tribunal de Contas dizia: *"Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos da prestação de contas onde se incluiu o mapa dos fluxos de caixa. Relativamente à modificação*

orçamental por tratar-se de uma inscrição orçamental carece sempre de intervenção por revisão do órgão deliberativo" e, "Esclarece-se ainda que a inscrição orçamental deve de ser efetuada através de uma revisão orçamental a elaborar pelo órgão executivo e a aprovar pelo órgão deliberativo «Assembleia Municipal». Ora o facto de não ter sido efetuada nenhuma revisão orçamental nem qualquer outra alteração orçamental com vista à utilização de parte do saldo de gerência anterior de dotações orçamentais para fazer face ao pagamento de despesas orçamentais representa uma omissão legal que contrariava o estipulado no 8.3.1.4. do POCAL, razão pela qual se concluiu que a despesa gerada por utilização do saldo de gerência carece de conformidade legal". Assim, o que lhes parecia mais aconselhável seria que o orçamento fosse devidamente elaborado por estar ferido de ilegalidade e posteriormente apresentado naquele órgão para a respetiva votação e aprovação. _____

----Terminou dizendo que pretendiam apresentar uma declaração de voto. _____

----O Presidente da Câmara disse que o Membro Dinis Faisca partia do princípio que se tratava da incorporação do saldo de gerência mas ele nunca o tinha mencionado. Percebia a interpretação mas não estavam a falar de saldo de gerência mas antes da incorporação de disponibilidades num orçamento que era um documento previsional, porque se fosse tão linear a DGAL tinha-lhes remetido aquela documentação sobre o saldo de gerência, o que não tinha feito, porque a questão consultada era outra não se estando a falar da incorporação do saldo de gerência ou de parte do saldo de gerência. _____

----O saldo de gerência resultava de uma conta efetuada sobre a conta de gerência querendo dizer que tinha sobrado ou não. Não estavam a falar da conta de gerência, mas de um orçamento sendo que a conta de gerência do corrente ano não estava fechada porque o exercício ainda não tinha terminado. O que estavam a dizer claramente era de onde provinha a verba, dizendo que tinham oito milhões de euros que não iriam utilizar porque não necessitavam daquela disponibilidade. Assim tinham questionado a DGAL sobre o facto de terem um determinado orçamento e o exercício financeiro que tinha gerado disponibilidades que não sendo utilizadas corriam o risco de, no limite, o Ministério das Finanças dizer que se a Câmara não utilizava a verba iriam cativar o que estava disponível como acontecia na administração pública central, as chamadas cativações. O que estavam a referir era muito simples, tinham questionado a DGAL e reforçava que não estavam a falar sobre o saldo de gerência, que quando recebessem, se recebessem alguma questão, justificariam com o que se chamava disponibilidades porque tinham verba parada que não conseguiam usar, não tendo procedido a qualquer revisão porque tinham as dotações bem provisionadas depois da incorporação do saldo do ano anterior. Tinha as dotações bem efetuadas, não necessitando de liquidez, não prevendo lançar mais intervenções que as existentes, todavia para o exercício em apreço precisavam de ter verba para as intervenções e não pretendiam ficcionar mas antes explicar que tinham verba que não utilizavam, tendo o que em contabilidade se chamavam disponibilidades não se tratando de saldo de gerência. Se necessário fosse ali estavam para justificar em Tribunal de Contas de que não se tratava de saldo de gerência mas da assunção por parte da Câmara de que tinha disponibilidades resultantes de boa gestão

financeira que tinham incorporado no documento previsional, orçamento, que eventualmente seria corrigido quando da incorporação do saldo de gerência para que não se verificarem duplicações voltando a dispor de um orçamento com as dotações. _____

---O Presidente da Câmara continuou referindo que tinha que incorporar o saldo de gerência no período do exercício teórico que o Membro Dinis Faísca tinha efetuado com base no pressuposto de que existia saldo de gerência. Todavia não tinha sido o que tinham questionado à DGAL, porque a questão era sobre as disponibilidades que tinham. Assim a Câmara de Tavira podia dispor de oito milhões, a Câmara de Albufeira, cinquenta milhões, e o que pretendia saber era como incorporava aquela verba para a elaboração do orçamento do ano seguinte. _____

---Relativamente à verba disponível não estavam a ficcionar mas a referir que existia mesmo pelo que não estavam a incorporar o saldo de gerência ou parte dele porque ainda não estava apurado, o que apenas aconteceria no final do exercício. O que o orçamento continha eram disponibilidades, valores a cabimentar e valores de compromisso. _____

---Para concluir referiu que não era contabilista mas Presidente da Câmara sendo que o que estava a referir era que aquela verba dizia respeito às disponibilidades que sabiam ter e cuja questão não estava tratada em nenhum documento, sobre o que não tinham obtido qualquer resposta mas que, convictamente, sem qualquer dúvida, tinham incorporado e que em altura própria tratariam do saldo de gerência. _____

---O Membro Dinis Faísca disse que sabia que não se tratava do saldo de gerência porque legalmente apenas podia ser apurado no final do ano, todavia diariamente podiam ir obtendo o valor das disponibilidades financeiras que correspondiam ao saldo de gerência conforme constava no respetivo programa contabilístico, porém se aquela verba não correspondia a parte do saldo de gerência então em fevereiro seria incorporada a totalidade do saldo de gerência. _____

---A Vereadora Ana Paula Martins explicou que não era assim porque a verba continuava a constar e as disponibilidades seriam contabilizadas para o apuramento do saldo de gerência. _____

---O Membro Dinis Faísca insistiu que tal acontecia porque as verbas faziam parte do saldo de gerência.

---A Vereadora Ana Paula Martins informou que o saldo de gerência era a diferença entre os pagamentos e os recebimentos. Se recebia mais do que o que tinha liquidado, a verba estaria numa conta bancária, pelo que presentemente estava numa conta do Município sendo verba de que dispunham e, se não recebessem nada mais até ao final do ano e pagassem todos os compromissos assumidos, ficariam com aquele valor que representava a disponibilidade que tinham e que não iria mudar, sendo que o saldo de gerência poderia acresce-lo ou diminui-lo o que levaria a uma correção. _____

---O que acontecia era que tinham liquidez para efetuar todos os pagamentos e ainda iam receber pois, como o Membro sabia e tinha estudado, ainda tinham para receber a última tranche do IMI. _____

---O Membro Dinis Faísca disse que também tinham que efetuar os últimos pagamentos para que a despesa não transitasse para o ano seguinte subcarregando o orçamento. _____

---A Vereadora Ana Paula Martins explicou que na fase do cálculo todos sabiam que na contabilidade patrimonial as disponibilidades eram consideradas no balanço, na demonstração de resultados. Naquele caso não contavam porque se tratava de uma conta previsional partindo-se sempre do princípio que o deve era igual ao haver, mas não contemplava o que tinham poupado que eram as disponibilidades de tesouraria sobre o que tinham questionado a DGAL. Assim, se contraísse um empréstimo de oito milhões de euros podiam considerá-los como receita, então questionava porque não poderiam considerar como receita os oito milhões de euros que tivesse no Banco. A DGAL não tinha respondido. _

---O Membro Dinis Faísca questionou se seria aquele o único ano em que tinha havido aquela disponibilidade financeira e se Tavira seria o único Município onde essa disponibilidade existia. Parecia-lhe que o legislador não tinha analisado daquele modo pois o que dizia era claro não estando a questão prevista no POCAL. _____

---O Presidente da Assembleia pediu desculpa mas considerava que estavam ali a ter uma aula de contabilidade, de direito, e que em nada ajudava à discussão do orçamento. Se a bancada do PSD considerava que o orçamento era ilegal votariam contra com declaração de voto como já tinham dito possuir. Considerava que se tratava de um documento técnico e recordava-se de nos últimos anos o Executivo ter sido criticado por ter tomado uma opção contrária à do corrente ano e não tinha ouvido qualquer explicação. Já ali estava há sete anos e sempre tinha acontecido, sendo que aquela bancada sempre tinha criticado o facto de ter efetuado como pretendiam presentemente, o que não compreendia, todavia a bancada tinha uma declaração de voto já efetuada, pelo que tratando-se de um documento técnico e não existindo ali ninguém especialista em contabilidade publica apesar do enorme trabalho que o Membro Dinis Faísca certamente teria tido em pesquisar toda aquela documentação, não estavam a adiantar nada, sendo que não tinha ainda ouvido uma única frase relativa à discussão do orçamento. Pretendia evitar o diálogo porque certamente existiriam mais membros que pretendiam expressar-se quanto ao orçamento. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que em primeiro lugar considerava que o Presidente da Assembleia não estava a conduzir os trabalhos de forma imparcial e isenta, porque tinha claramente tomado partido. _____

---Em segundo lugar não se recordava de nos últimos três em que tinha estado na Assembleia Municipal terem referido ou acusado o Município de não incorporar o saldo de gerência ou as disponibilidades. Nunca o tinham feito pensando que haveria alguma confusão, com o que poderia ter acontecido na Câmara Municipal, que eram órgãos diferentes, em que os Vereadores da oposição faziam os seus reparos e tomavam as suas posições na Câmara Municipal, algo diferente da Assembleia Municipal que nos últimos três anos nunca tinham tomado aquela posição. _____

---O Presidente da Assembleia lembrou que tinham havido elementos da bancada do MT – Movimento por Tavira que até tinham referido que a Câmara estava rica, dispunha de muito dinheiro, estando as atas disponíveis para serem lidas. _____

----O Membro Brandão Pires referiu que era favorável e natural que a bancada do PSD levantasse as dúvidas que considerava dever levantar e que o faziam honestamente e sobretudo, quando as questões se referiam a matérias de legalidade pensava que deveriam de questionar sendo que a posição a tomar seria a de ouvir e de tentar perceber os diferentes pontos de vista relativamente a cada uma das matérias. _____

----Quanto à questão do orçamento, todos sabiam que era um exercício de expectativas sendo necessário formulá-las sobre o comportamento da receita e da despesa procurando ser o mais rigoroso possível na formulação. A Câmara Municipal tinha-os habituado desde que o Executivo tinha tomado posse a, de ano para ano, ser cada vez mais rigorosa formulação das expectativas, visto no início o orçamento andar muito desviado do que era realizado e confirmado no ano seguinte e, todos os anos, tinham vindo a ser dados passos no sentido de o melhorar sucessivamente, ou seja, o Executivo ter uma expectativa que o IVA, o IMI, o IMT ou os impostos indiretos se comportariam de determinada maneira importando errar o menos possível reduzindo a incerteza em todas as rubricas, considerando que no corrente ano tinha efetuado um exercício de honestidade independentemente da legalidade ou não que seria uma questão a apurar por juristas, mas que seguia no sentido de conferir maior rigor ao orçamento havendo muito menos incerteza naquela rubrica do que nas restantes, sendo quase ciência certa do que iria acontecer não sendo, de facto, o saldo de gerência porque tecnicamente não era possível a sua incorporação naquela altura, pelo que teria que ser algo diferente e até considerava bem serem os primeiros municípios de todo o país a dar passos no sentido de retirar a "hipocrisia" aos orçamentos. _____

----O que se pretendia com um orçamento era que este fosse o mais rigoroso possível sendo que a Câmara Municipal já tinha dado inúmeras provas de que era aquele o percurso para apresentação dos orçamentos cada vez mais rigorosos nada tendo a ver com o que acontecia em exercícios anteriores. Pensava que o presente exercício tinha sido bem desempenhado conferindo esse maior rigor ao orçamento quer em matéria de facto quer pelos números por estar muito próximo da realidade, mais até do que outras receitas, pelo que pretendia dar os parabéns à Câmara Municipal. _____

----Terminou dizendo que se em termos processuais houvesse alguma questão que tinha sido colocada à CCDR, à DGAL em Lisboa, à Direção Regional da Administração Autárquica, considerava que até podia fazer história, o que era bom porque melhorava a forma como os orçamentos eram elaborados. _____

----O Vereador Jorge Corvo disse que relativamente àquele assunto de facto, em reuniões de Câmara, desde o princípio que na apresentação dos orçamentos sempre tinha defendido que as disponibilidades e a provisão do saldo de gerência deveriam de estar refletidas no orçamento e sempre lhe tinha sido dito não ser possível. No corrente ano tinha ficado satisfeito por o constatar, no entanto, após estudar o assunto devido ao facto de nos três anos anteriores lhe terem dito não ser possível, e do que tinha constatados da análise dos documentos era que, de facto, todos os anos era possível apurar mas não como orçamento e sim como inscrição nas GOP, em financiamento não definido, sendo o que deveria de constar anualmente. Portanto o que estava inscrito não se enquadrava na legalidade, não estava de

acordo com o previsto sendo que o que poderia acontecer durante todos os anos era estar inscrito nas GOP e quando posteriormente o saldo de gerência era inscrito bastava apenas mudar a coluna onde o valor era colocado. _____

---O Membro Artur Sanina disse que tinha manifestado ao longo dos últimos três anos que o BE em Tavira tinha dificuldades em termos de análise do orçamento por não ter ninguém especializado naquela área, pelo que, tinha solicitado a um colega que analisasse. _____

---Tinha dito que o orçamento reunia todos os requisitos legais para ser votado pois *“A orçamentação das receitas fiscais deve ser feita considerando a média de cobrança dos últimos trinta e seis meses. Ora verifica-se um aumento considerável face ao orçamentado no ano anterior, o que se pode explicar por um aumento da coleta de IMI e de IMT, face ao aumento das taxas de IMI e de uma maior coleta de IMT ditada pela dinâmica do mercado imobiliário”*. No entanto revelava algumas dúvidas *“...quanto à orçamentação do saldo de gerência, que só deve ser inscrito no orçamento após a aprovação dos documentos de prestação de contas referentes a 2016, através de revisão orçamental, como aliás se diz no relatório que se fará para «regularização»*. Ora...” na opinião dele *“...tal só deve ocorrer integralmente e após a aprovação dos documentos de prestação de contas, o que se traduz numa opção ilegal. Sobre isto diz a DGAL...”* em resposta à questão que lhe tinha sido colocada *“...o saldo de gerência pode ser considerado sem que estejam aprovadas as contas? Resposta: Quanto ao saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior, o mesmo pode ser utilizado para cálculos de fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do nº 3 do artigo 5º do DL 127/2012, tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na Administração Local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento, o qual ocorre após a aprovação de contas. Assim, o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser considerado nos cálculos dos fundos disponíveis, no entanto, a sua real utilização, por via da sua integração no orçamento, carece previamente da aprovação por parte do órgão competente para o efeito, após aprovação da conta de gerência”*. _____

---Para terminar o Membro Artur Sanina disse que aquelas tinham sido as dúvidas que o seu colega tinha encontrado. _____

---O Presidente da Câmara disse que pretendia reforçar que não se tratava do saldo de gerência o que não tinha qualquer problema em subscrever pois estavam a falar de uma origem clara da fonte das verbas, disponibilidades, onde estavam e deviam de estar enquadrados para que não existisse dinheiro em conta sem que se soubesse como, pelo que o tinham incorporado e assumiam-no. Tinha pedido esclarecimento porque a questão colocava-se mas nada tinha a ver com o saldo de gerência, sendo que qualquer esclarecimento não seria nesse pressuposto mas relativo a disponibilidades, outras receitas correntes, que desconhecia qual a coluna que estava inscrita porque não tinha saber para tal, todavia não tinha duvidas que estava bem feito. _____

---O Presidente da Assembleia recordou que naquele ponto estavam também a discutir o Mapa de Pessoal, pelo que questionava se algum dos presentes tinha algo a dizer, que não se verificando, passou à votação do Orçamento Municipal. _____

---O Orçamento Municipal foi aprovado por maioria de dezassete votos a favor, sete votos contra e uma abstenção. _____

---Passando ao Mapa de Pessoal este foi aprovado por maioria de vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. _____

---Disse que o ponto número cinco da ordem de trabalhos se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 226/2016/CM, referente à Determinação das Taxas de IMI. _____

---O Presidente da Câmara disse que a proposta do Executivo era a de voltarem a baixar a taxa do IMI de zero vírgula trinta e nove para zero vírgula trinta e oito, sendo o que tinha sido aprovado em Reunião de Câmara. Certamente que o Executivo gostaria de baixar mais o IMI mas estava confrontado com um conjunto de intervenções substanciais que requeriam alguma liquidez, para o que se destinariam as disponibilidades que tinham incorporado de modo a poderem lançar um conjunto interessante de intervenções nomeadamente o Cineteatro António Pinheiro e a ponte. _____

---Assim, nos próximos tempos continuariam a executar intervenções com a recuperação de Edifícios Municipais, a apoiar as famílias, a facultar os manuais e materiais escolares aos alunos, a disponibilizar o sistema de transportes e a recuperar equipamentos desportivos, sendo que planeadamente se encontravam numa fase de grande investimento com consolidação orçamental como era visível, com apoios sociais às famílias, à educação, aos transportes, à frente desportiva apoiando as Instituições, um plano de obras ambicioso, um plano de promoção do Município de Tavira e obviamente um plano de festas que já se encontravam consolidadas e que também vinham a realizar. _____

---O que pretendia era referir que não entrariam em nenhum tipo de populismo apesar de o ano ser eleitoral e referia-o claramente porque o mais fácil seria baixar a taxa drasticamente e aumentá-la novamente após as eleições, mas os Tavirenses não mereciam aquele tipo de política sendo que mais valia que percebessem que estavam a baixar progressivamente as taxas porque a Câmara necessitava de menos dinheiro, menos impostos, possibilitando que as pessoas conseguissem planear as suas famílias em vez de realizar um exercício maravilhoso, de magnanimidade, baixando a taxa como proposto pela oposição e no ano a seguir às eleições aumentarem novamente para os valores de referência adequados. Sabiam que era política, sabiam que era para gerar simpatias, mas considerava que se tratava de um populismo irresponsável e o que tinham efetuado era tudo menos irresponsável. _____

---Assim o que tinham proposto no ano anterior tinha sido baixar de zero vírgula quarenta para zero vírgula trinta e nove e introduzir o IMI familiar. No corrente ano o que propunham era baixar para zero vírgula trinta e oito e o IMI familiar. _____

---Quanto à derrama manter-se-ia em zero porque constava no programa eleitoral e tinha como propósito que as empresas continuassem a investir e a instalarem as suas sedes sociais no Concelho

pois, numa fase difícil, pensavam que era uma forma de potenciar o emprego, que podia não acontecer no imediato mas pelo menos constituía uma atratividade suplementar num regime muito competitivo que, não liquidando qualquer valor de derrama, era mais alguma verba que devolviam às empresas e, obviamente, que também havia a questão do IRS relativamente ao que eram consensuais nos cinco por cento que gostariam de desagravar mas que ainda não era possível. _____

---Não se fixavam nas verbas que existiam no Banco, mas nos níveis de conforto que pretendiam que as famílias tavirenses tivessem continuando a apoiar no que já tinha referido e, sobretudo, pretendendo ser honestos porque ninguém acreditava se em ano de eleições assistisse ao milagre de baixarem impostos como acontecia há muito tempo atrás, mas que presentemente, o que existia era uma curva descendente. Assim pretendiam que os tavirenses percebessem que no ano anterior tinham baixado e que no corrente ano tinham voltado a baixar, sendo que se os resultados operacionais da Câmara fossem bons, no ano seguinte voltariam a baixar seguindo a mesma tendência para que Tavira fosse cada vez mais um Município competitivo para habitar. _____

---Assumindo claramente quais eram as taxas, no ano seguinte os munícipes pagariam menos de IMI porque os coeficientes do território iriam ser os mesmos. Iria haver um desagravamento do IMI, todavia convidavam os munícipes que tivessem dificuldades, a dirigirem-se à Repartição das Finanças para desagravar os seus prédios que era uma faculdade, mas que as Finanças não fazia o seu automatismo. A Câmara nada tinha a ver com taxas suplementares ou extraordinárias que era uma questão do Governo, sendo que, no que dizia respeito à Autarquia o caminho era descendente acreditando absolutamente estarem a contribuir para que as famílias de Tavira continuassem a ter tranquilamente o nível de apoios que vinham a ter, sendo aquela a razão porque trabalhavam e ali estavam. _____

---Para terminar, disse que também habitava em Tavira e gostaria de fazer baixar os seus impostos mas considerava que o mais importante era ser honesto consigo próprio e fugir a um populismo mesmo que lhe custasse alguns votos. Devia e queria fugir de algo que verdadeiramente não considerava responsável como baixar os impostos para todos verem porque estavam em ano eleitoral. Considerava que os políticos não o mereciam e muito menos os políticos locais que se esforçavam bastante, tanto os que tinham funções executivas como os que não tinham funções, porque presentemente ser Autarca representava um patamar de responsabilidade que deviam de ter. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que anteriormente tinha havido um lapso pelo que passava a palavra à bancada do PSD para que apresentasse como pretendia declaração de voto relativa ao orçamento. _____

---O Membro Dinis Faísca procedeu à leitura da declaração de voto. _____

---"Declaração de Voto sobre Orçamento 2017" _____

---Os Deputados Municipais da bancada do PSD votam contra a proposta de orçamento de 2017 pelos seguintes motivos: _____

---Inscrição de receita previsional – Saldo de Tesouraria _____

----Em matéria de elaboração dos documentos previsionais, mais concretamente previsão de receita, estabelece o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99 de 22 de fevereiro, o seguinte: _____

----Metodologia para a elaboração do orçamento _____

----O orçamento da autarquia deverá conter relativamente ao período que respeita, as dotações das despesas e as previsões das receitas relativas a todas as atividades a desenvolver pelo município. Assim, a produção do orçamento resultará de uma análise global centrada no planeamento, e que deverá funcionar como um meio de controlo ao executivo autárquico. _____

----Previsão de recursos financeiros. _____

----Esta é sem dúvida uma fase da elaboração do orçamento que se considera ser de extrema importância, uma vez que a avaliação e quantificação das receitas é fator condicionante ao orçamento das despesas. Pois uma sobreavaliação das receitas irá originar uma ilusão de suficiência que estimulará a realização de despesas relativamente às quais a autarquia não irá dispor de recursos financeiros suficientes para as satisfazer. _____

----Para evitar estas situações de previsões por excesso, surgem as regras previsionais apresentadas no ponto 3.3 do POCAL, que condicionam a avaliação das receitas, permitindo, aliás, o seu ajustamento ao longo da execução do orçamento, através de alterações e revisões. _____

----A vontade dos decisores políticos, em inscrever nas grandes opções do plano todos os projetos que se pretende executar leva muitas vezes a que esses mesmos protagonistas se sintam tentados a empolar os orçamentos da receita. Embora essa seja uma prática cada vez mais difícil de utilizar, pois para além das restrições previstas no POCAL, também os próprios Orçamentos do Estado, de uns anos a esta parte, têm restringido os critérios para o apuramento da receita previsional, mais concretamente no que se refere às receitas resultantes da venda de bens de investimento, onde apenas poderá ser considerada a média cobrada nos últimos 36 meses. _____

----Desta forma consideramos que a par das regras previsionais deverão surgir sempre as regras do «bom senso» e da «prudência» (leia-se prudência não em termos contabilísticos mas sim no âmbito da previsão orçamental). _____

----Focando-nos no orçamento que agora se submete à aprovação da Assembleia Municipal questionamos o valor inscrito no capítulo 08 Outras receitas correntes (7.961.500€), por este surgir com um acréscimo de previsão na ordem dos 1500%, e principalmente pela parca justificação que se apresenta, e que desde já alertamos para o facto de carecer de conformidade legal. _____

----De acordo com o Decreto-Lei nº. 26/2002 de 14 de fevereiro (classificador económico das receitas e despesas das autarquias locais) no capítulo 08 devem ser incluídas as receitas não tipificadas nos restantes capítulos (01; 02; 04; 05; 06 e 07). _____

----Mais concretamente na rubrica 08.01.99 – outras, devem ser inscritas as receitas: _____

----«Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes de indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por conta de outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.» _____

----Ora, quando questionado o executivo em reunião de câmara, aquando da apreciação e votação do documento que agora se submete à aprovação, sobre a natureza da inscrição do montante de €7.961.500 em Outras receitas correntes, foram os senhores vereadores do PSD informados, que tal valor corresponde a parte do que eventualmente poderá ser o saldo de gerência de 2016. Desde logo contestaram esta inscrição, tendo mesmo solicitado que a explicação dada passasse a constar de forma escrita no documento. Também nós contestamos tal inscrição por entendermos que carece de conformidade legal, e que mais não é, do que uma tentativa de contornar as regras previsionais que devem ser observadas na elaboração do orçamento. _____

----Razões pelas quais se contesta a inscrição do saldo de tesouraria, como previsão do saldo de gerência de 2016. _____

----Entende-se por saldo apurado de gerência, o saldo disponível em tesouraria a 31 de dezembro de cada ano económico e que transita sob a forma de disponibilidades para o ano seguinte. _____

----Recorrendo novamente ao Decreto-Lei nº. 26/2002 de 14 de fevereiro (classificador económico das receitas e despesas das autarquias locais), verifica-se que o saldo de gerência tem uma conta específica para ser inscrito (16 – Saldo de Gerência Anterior). _____

----Receitas Correntes, 01 – Impostos diretos, 02 – Impostos indiretos, 04 – Taxas, multas e outras penalidades, 05 – Rendimentos de propriedade, 06 – Transferências correntes, 07 – Venda de bens e prestações de serviços correntes, 08 – Outras receitas correntes. _____

----Receitas de Capital, 09 – Venda de bens de investimento, 10 – Transferências de capital, 11 – Ativo financeiros, 12 – Passivos financeiros, 13 – Outras receitas de capital. _____

----Outras receitas, 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos, 16 – Saldo da gerência anterior, 17 – Operações extraorçamentais. _____

----Portanto desde logo se verifica que o saldo da gerência não deve ser considerado como receita corrente, tal como está inscrito nesta proposta de orçamento, mas sim como Outras Receitas, ainda que não neste momento. _____

----Quanto ao momento da inscrição do saldo apurado da gerência: _____

----De acordo com a alínea a), do ponto 8.3.1.4, do Plano Oficial de Contabilidade Pública, a inscrição orçamental do saldo da gerência anterior deve ser efetuada através de revisão orçamental, a elaborar pelo órgão executivo e a aprovar pela Assembleia Municipal. _____

----Mais importa informar, que o saldo da gerência anterior apenas poderá ser incorporado, pela via mencionada no parágrafo anterior, após a apreciação e votação da conta de gerência a que respeita. _____

----Isto é, o saldo de gerência de 2016, apenas poderá integrar o orçamento de 2017, por via de uma revisão orçamental, e só após a apreciação e votação das contas relativas ao ano 2016. _____

----Desta forma, não se entende, nem se aceita, que possa ser considerado no orçamento inicial para 2017 parte do eventual saldo de gerência de 2016, mais não fosse, até porque nesta data é impossível determinar esse saldo. _____

----Assim considera-se prejudicado: _____

----O ponto 8.3.1.4., do Plano Oficial de Contabilidade Pública, onde se impõe que a inscrição orçamental do saldo de gerência anterior seja efetuada através de revisão orçamental a aprovar nos termos da lei; _

----Carecendo tal inscrição de conformidade legal considera-se afetado o princípio do equilíbrio orçamental; _____

----E desde logo, em termos de execução, se encontraria prejudicado o ponto 2.3.4.2. do POCAL, o qual define que: _____

----«As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada». _____

----Pois não bastará, para que as receitas possam ser liquidadas, que tenham sido objeto de inscrição orçamental. Exige-se também, terem sido objeto de aprovação pela Assembleia Municipal em documentos próprios, onde se discriminem as situações e factos que dão origem à sua inscrição. _____

----Desta forma, e porque conhecemos o histórico dos Saldo de Gerência de exercícios anteriores, propomos que esta assembleia recomende, nos termos do nº. 3 do Artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, ao órgão executivo o seguinte: _____

----Não inscrever a previsão do Saldo de Gerência de 2016, nesta fase de elaboração e aprovação dos documentos previsionais para o ano 2017; _____

----Em consequência do ponto anterior retifique os valores inscritos no orçamento da despesa para 2017;

----E que, tal como defendemos, utilizem a figura do «financiamento não definido», para inscrever projetos cuja inscrição da receita para os satisfazer não seja possível no momento da elaboração do orçamento, quer seja devido à incerteza do seu recebimento ou a regras orçamentais que impeçam a sua inscrição, como é o caso. _____

----Quer isto dizer, que se deve aguardar pela apreciação e aprovação da conta de gerência de 2016, em sede da Assembleia Municipal, para posteriormente e nos termos legais inscrever o saldo de gerência anterior, e os projetos que se consideram estratégicos para o desenvolvimento de Tavira como financiamento definido. _____

----Tavira, 28 de Novembro de 2016 _____

----Os Deputados Municipais da bancada do PSD.” _____

----O Presidente da Assembleia voltando ao ponto número cinco disse que o Presidente da Câmara já se tinha referido aos pontos cinco, seis referente á apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 228/2016/CM, referente à Determinação da participação e IRS e sete sobre a apreciação e



votação da proposta da Câmara Municipal número 229/2016/CM, referente à Determinação da Derrama, pelo que começava por colocar à discussão o ponto número cinco referente à determinação da taxa de IMI. _____

---O Membro Hugo Gomes cumprimentou os presentes acrescentando que felizmente o público se encontrava em grande número. _____

---Começou por anunciar a votação da bancada do PSD que era no sentido da abstenção à semelhança do ano anterior, sendo que até considerava que corria o risco de repetir palavra por palavra o que tinha dito. _____

---O Membro Hugo Gomes disse que o Presidente da Câmara referia que a altura era difícil contudo segundo o Primeiro-Ministro que era da mesma formação política juntamente com os Ministros referiam que o país estava excelente, que se vivia num paraíso. Tinha ouvido atentamente tudo o que o Presidente da Câmara tinha para dizer e admitia não perceber muito da parte contabilística pois os números não eram o seu forte mas tinha ouvido mencionar verbas paradas, saldos de caixa, que tinham um saldo superior aos compromissos, que considerava ser bom pois significava que a Câmara iria honrar todos os seus compromissos podendo liquidar tudo o que estava em dívida, mas lamentava que todo aquele rigor de que faziam alarde não passasse para os tavirenses visto a Câmara Municipal não ser um Banco mas uma Instituição que estava ao serviço dos tavirenses, pelo que de que lhe servia, enquanto munícipe e a todos, a verba que a Câmara dispunha, sendo que era bom dentro de alguns parâmetros de bom senso. _____

---Preferia que a Câmara investisse que passasse aquele valor acrescentado para os munícipes pelo que era bom que a taxa do IMI descesse porque tal ir-se-ia refletir no dia-a-dia das pessoas, mas ficava preocupado porque questionava se realmente iriam ter aquele impacto negativo que acabava por ser positivo porque se pagava menos. Tal poderia não acontecer porque a taxa iria baixar zero virgula zero um por cento ficando em zero vírgula trinta e oito quando o limite mínimo era de zero vírgula trinta, pelo que a distância ainda era grande. _____

---Estando a repetir o que tinha dito no ano transato, considerava que poderiam ser algo mais ambiciosos e darem um pouco mais aos tavirenses pois tinham que ter em conta um pormenor muito importante relacionado com a taxa adicional de IMI. Na sua casa entrava o sol na cozinha e embora morasse na cidade tinha vista campo com laranjeiras, pelo que ficava algo preocupado se não teria que pagar a taxa suplementar. _____

---Quanto à redução de zero vírgula zero um por cento não significava qualquer poupança, ou muito pouca sendo que anteriormente existiam as majorações que podiam significar alguma poupança por serem percentuais porém presentemente eram de vinte, quarenta ou setenta euros conforme o número de descendentes, sendo aquela a razão por que dizia que podiam ser algo mais ambiciosos, dando um pouco mais aos tavirenses. _____

----Para terminar referiu-se a mais uma questão apontada pelo Presidente da Câmara ao indicar que os munícipes poderiam solicitar às Finanças para desagruar, todavia ele preferia nada fazer por temer que lhe aplicassem a taxa adicional. _____

----O Presidente da Câmara disse que primeiramente o Membro Hugo Gomes poderia estar descansado porque não lhe parecia que fosse taxado suplementarmente em relação ao sol ou à vista pois as taxas estavam definidas, os coeficientes do território estavam perfeitamente definidos, e em Tavira eram iguais não tendo havido quaisquer agravamentos, pelo que o que iria mesmo acontecer seria um desagruamento na conta do IMI, pelo que de zero vírgula trinta e nove para zero vírgula trinta e oito por cento o que representava algo que seguramente se refletiria nas famílias. Não tinham sido eles que tinham alterado o critério do IMI familiar que presentemente tinha deixado de ser percentual passando a vinte euros para as famílias com um descendente, quarenta euros no caso de dois descendentes e setenta euros para famílias com três ou mais dependentes. _____

----Considerava que acontecendo uma descida em dois anos subseqüentes estavam no bom caminho para desagruar. _____

----A verba disponível que tinham não era nem para amortizar mais empréstimos do que tinham, que até o poderiam fazer, nem para qualquer outra coisa que não fosse investir que tinha sido o que considerava que tinham feito muito pouco e deixado bastantes dividas. Dava três ou quatro exemplos de "pérolas" que tinham deixado no Concelho. _____

----Má rede viária que entretanto não tinham conseguido arranjar porque tinha havido uma crise. Se fossem à serra verificavam os caminhos que estavam a reparar sendo que o valor que estavam a investir na rede viária rondava os três milhões e quinhentos mil euros. _____

----Tavira era o único Concelho onde não existia uma sala de espetáculos coberta, o único no Algarve, porque tinham deixado passar a possibilidade de recuperação do Cineteatro que o atual Executivo ainda não tinha tido possibilidade de fazer porque tinham tido um Governo que penalizava as pessoas aplicando austeridade para além da Troika tendo implantado um plano de austeridade muito violento e tendo a anterior gestão da Câmara tenha deixado uma grande dívida tendo mesmo deixado de dispor de verba para concertar os veículos e, porque o tempo não andava para trás, tinham realizado um trabalho de saneamento das contas públicas municipais sendo que toda a verba que presentemente dispunham seria para investir na recuperação do que não tinha sido executado quando havia muito dinheiro, como era o caso do cinema, da rede viária, da ponte, dos edifícios municipais que estavam todos degradados e das igrejas que não eram pintadas. Presentemente estavam a preparar novo procedimento para a recuperação da Ermida do Calvário para que os que acreditavam, mas mesmo que não acreditassem, no mínimo, era importante respeitar o património que tinha sido deixado. _____

----Era Presidente da Câmara há sete anos tendo cinco deles tido o Governo de Passos Coelho, que pretendia ir além da Troika sendo que apenas nos últimos dois anos e meio tinha sido possível investir bastante em infraestruturas municipais, não tinham cortado o apoio às famílias, pelo contrário, tinham-

no reforçado estando a distribuir alguma verba em função do que acreditavam. Provavelmente não seria a agenda que a oposição defendia mas era o que acreditavam ser bom para as famílias tavirenses, mais consolidado, porque o passivo no ano de dois mil e nove era no valor de vinte e nove milhões e quinhentos mil euros diferente dos cerca de onze milhões que tinha referido anteriormente e que relativamente ao segundo semestre certamente ainda seria mais baixo. _____

---Pretendiam liquidar as contas pois quando tinha iniciado funções tinha cinco milhões e quinhentos mil euros de curto prazo para liquidar sendo que as pessoas constantemente telefonavam para a Câmara questionando quanto à data de pagamento das faturas. Presentemente aquela situação não acontecia pelo que no dia em que deixasse de ser Presidente de Câmara o novo Presidente iria receber uma situação muito melhor do que a que ele tinha encontrado. Esperava fazer mais um mandato pois considerava que ainda tinha condições para continuar a trabalhar, todavia não bastava falar mas serem responsáveis e honestos porque os votos por vezes não valiam tudo. _____

---O que tinham que fazer era dar sinais claros às famílias, às pessoas que pagavam impostos. Em Tavira não iria haver agravamento pelo sol ou pela chuva, sendo que o IMI era reduzido no segundo ano consecutivo o que nem todos os concelhos tinham feito e que para além disso as pessoas ainda podiam desagravar junto das Finanças. A perda de receita causada por aquele documento rondava os quatrocentos mil euros. _____

---Não ganhavam qualquer montante, sendo que a diferença era que estavam a libertar verbas de despesa corrente para efetuarem investimento ao contrário do que acontecia há uns anos atrás em que pagavam por ano perto de cinco milhões de euros de amortizações. Assim, iam devolver às famílias cerca de quatrocentos mil euros do IMI porque, felizmente, a Câmara não necessitava daquela verba. O que estavam a fazer era baixar a despesa corrente para transformar em investimento na sustentabilidade do Concelho, o que era visível. Não pretendiam dispor de verbas para as deixar no Banco, visto ser o que lhes permitia lançar rapidamente um conjunto de intervenções. Tinham para elaborar a candidatura do Cinema e por isso tinham que ter a verba provisionada para poderem concretizar a candidatura e lançar a empreitada. _____

---Considerava que era aquela situação que preocupava muitos, que a Câmara lançasse intervenções não fosse acontecer que em setembro ou as mesmas estivessem terminadas, ou houvesse um conjunto substancial de intervenções a serem realizadas, porém não os preocupava o que se ouvia a voz popular de que os Presidentes de Câmara apenas realizavam as intervenções no último ano de mandato, pois em janeiro de dois mil e catorze tinha começado com o Parque Verde do Séqua e consoante iam dispondo de verbas iam lançando e concretizando. O sistema era, dispondo de verbas lançavam os procedimentos que uma vez a empreitada concluída ia libertando para novos procedimentos e não encomendavam projetos no exterior sendo os mesmos elaborados pelos técnicos da Câmara que eram valorizados no seu trabalho o que provavelmente não empreendia uma dinâmica muito maior pelo uso pleno dos recursos humanos que tinham a laborar. Percebia o argumento mas acreditava

verdadeiramente que estavam ali todos para Tavira pelo que combater o populismo era dar os sinais certos. _____

---O Município de Tavira necessitava de investir muitos milhões pois tinham muitas estradas para executar, vários problemas para tratar, edifícios públicos para recuperar, sendo imperativa a manutenção da sustentabilidade dos apoios às famílias, manter o apoio ao desporto, à cultura, às pessoas, às escolas o que apenas era possível com dotações financeiras, que considerava que dentro de alguns anos estariam melhor. _____

---Preferia que acontecesse assim porque dava um sinal correto, não fazendo um exercício de grande disponibilidade no presente e depois no ano seguinte tendo que aumentar os impostos por falta de verba. Pretendia uma gestão sustentável não querendo passar dos zero vírgula trinta e oito para os zero vírgula quarenta no ano seguinte porque a taxa era compreendida entre zero vírgula trinta e zero vírgula quarenta e cinco porque zero vírgula cinquenta era uma taxa que tinha terminado no Orçamento do Estado seguinte sendo que algumas Câmaras diziam que iam baixar para zero vírgula quarenta e cinco, mas faziam-no apenas porque eram forçadas a tal já que a taxa de zero vírgula cinquenta apenas existia para quem estivesse ao abrigo do programa de apoio à economia local. _____

---As Câmaras iam baixar de zero vírgula cinquenta para zero vírgula quarenta e cinco não porque tivessem sustentabilidade mas porque eram obrigadas a tal. O que a Câmara de Tavira tinha vindo a fazer era baixar progressivamente de zero vírgula quarenta, para zero vírgula trinta e nove, para zero trinta e oito, a aplicar o IMI Familiar e um conjunto de apoios sustentáveis que estavam inscritos nas GOP porque felizmente tinham dividido as questões. Se consultassem as GOP verificariam a grande ambição do orçamento que era a de concretizar, bem como em lançarem procedimentos para que as intervenções acontecessem porque quando chegasse o verão teriam que parar porque era muito difícil executar empreitadas durante o verão, especialmente na cidade, pelo que estavam a apressar umas pretendendo lançar outras após o verão, conseguindo assim recuperar. _____

---O Presidente da Câmara terminou dizendo que considerava bastante quem tinha sido Presidente antes dele mas o que tinha referido era uma evidência de investimento público que era absolutamente vital e no que a Câmara tinha que investir verbas avultadas com menores apoios comunitários porque quando haviam elevadas verbas de fundos comunitários tinham havido alguns que tinham aproveitado. Presentemente existiam muito menos apoios o que se traduzia no facto de ter que ser a Câmara a investir. _____

---O Membro Artur Sanina disse que relativamente à proposta de IMI o BE recomendava e perguntava se estando prevista uma majoração em trinta por cento no Centro Histórico porque o mesmo não era extensivo às zonas rurais com prédios degradados e onde existia um conjunto de dificuldades. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que a majoração de trinta por cento no Centro Histórico era para agravar. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que em caso de intervenções ficariam isentos. _____

----O Membro Filipe Lopes disse que apenas pretendia mostrar a sua estupefação quando o Presidente da Câmara tinha critica o fraco investimento do anterior Presidente da Câmara, Macário Correia, sobretudo quando estava ali na Biblioteca Municipal pelo que apenas pretendia recordar as intervenções realizadas. _____

----Relativamente ao património da cidade que estava abandonado em mil, novecentos e noventa e sete, tinha sido recuperado o Palácio da Galeria; a Casa Irene Rolo, a Casa André Pilarte, a Casa Cabreira; o Mercado da Ribeira; o Convento da Graça que tinha merecido o voto contra do atual Presidente da Câmara enquanto Membro da Assembleia que tinha votado contra o facto de ser cedido à Enatur; e a conservação da muralha envolvente do Convento da Graça. _____

----Quanto a novos equipamentos desportivos ou de lazer que não existiam tinham sido executados vários como o Pavilhão Municipal da Luz de Tavira; as Piscina Municipais cujos projetos e apenas os projetos tinham transitado do Executivo do PS que tinha cessado funções no ano de mil, novecentos e noventa e oito; os polidesportivos da Conceição de Tavira, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Margarida, Santo Estevão e Livramento; o relvado do campo de jogos do Ginásio Clube de Tavira, o arranjo da pista de ciclismo; a construção da Escola Fixa de Trânsito e do Parque Radical; a requalificação do parque infantil de Santiago no Largo de Tavira de Pernambuco; a construção do Jardim da Água; a construção do Jardim do Infantário da Cruz Vermelha; a construção do Jardim do Sapal junto ao Pingo Doce; a construção do troço de Tavira da Ecovia; a construção de campos de ténis junto às Piscinas Municipais; o parque de lazer da Fonte Férrea em Cachopo e a requalificação paisagística do Pego do Inferno. _____

----Na rede viária tinham sido executadas intervenções nas estradas do Cabeço do Boi, Beliche a Umbrias de Camacho, Malhada do Judeu a Alcaria Fria, Castelos à Corte António Martins, Alcarias Altas, ligação da EN397 às antenas de Alcaria do Cume, Carrapateira, Estorninhos, Relvais, Mealha, Vale de Ebro, Barranco da Nora; as pontes de Santiago, Fornalha, Castelos e a Marginal da Torre D'Aires. _____

----Tinham sido pavimentadas estradas que se encontravam em mau estrado com o Caminho do Meio, Fonte Salgada a Ribeiros dos Mosteiros, Estorninhos, Fazfato, Amoreira, Maragota, Almargem à Mata de Santa Rita e Poço das Bruxas em Santo Estevão. _____

----Tinha-se procedido também à repavimentação de várias ruas da cidade de Tavira que tinham sido danificadas devido à intervenção no saneamento básico executada pelas Águas do Algarve, S.A. e TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM. _____

----No que se referiu à requalificação urbana realizou-se a requalificação da Praça da República, Rua da Liberdade, Rua dos Pelames e Largo Gonçalo Velho, Largo do Alto de Santana, Marginal de Santa Luzia, Largo da República na Luz de Tavira, Rua da Estação na Luz de Tavira, Largo da Igreja de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Largo da Igreja de Cachopo e ruas adjacentes, Largo da Igreja de Santo Estevão, Largo da Igreja da Nossa Senhora do Livramento em Tavira. Foram efetuados arranjos exteriores na Atalaia,

Horta do Carmo, Bairro dos Pescadores de Santa Luzia e Cabanas e a pedonalização das ruas António cabreira, Dona Brites e Estácio da Veiga. _____

---Quanto às intervenções de natureza social e religiosa verificaram-se os Centros de Dia de Santo Estevão, Cachopo, Cabanas e Santa Luzia e foram restauradas as Igrejas de Cachopo, Santo Estevão, Capela de Santana e a Capela de São Sebastião que estava a ser alvo de nova pintura. Foram requalificados o Centro Paroquial de Cabanas, a Casa do Povo da Luz de Tavira e a Casa do Povo de Santa Catarina da Fonte do Bispo. Também se verificou a construção da nova sede da Casa do Povo de Santo Estevão, da Casa Mortuária da Conceição de Tavira e cedido terreno e participação na construção do Centro de Acolhimento Uma Porta Amiga. _____

---Em termos de habitação social foi requalificado o Bairro Jara e construídos fogos na Atalaia, na Horta do Carmo, em Santa Catarina da Fonte do Bispo, na Quinta das Salinas, em Santa Luzia, em Cachopo e na Conceição de Tavira. _____

---Na área da educação foram requalificadas as escolas da Estação, Porta Nova, Santa Luzia e Santo Estevão e construído o edifício novo da Escola D. Manuel I para ensino pré-primário e primeiro ciclo, bem como o novo Infantário o ECO. _____

---Quanto a outros equipamentos públicos referia a Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, o Mercado Municipal, o Mercado de Cabanas, a sede da Junta de Freguesia de Cabanas, o Centro de Ciência Viva, o Espaço Internet que tinha sido o primeiro no Algarve, o Museu de Cachopo, a instalação da rede de fibra ótica municipal, o armazém da Junta de Freguesia de Santa Luzia e o da Luz de Tavira e dezenas de sedes para Clubes e Associações. _____

---Tinham ainda sido construídos os parques de estacionamento das Salinas, Rua Chefe António Afonso, Bairro 1º de Maio e GNR – Guarda Nacional Republicana, a construção do Parque de Feiras e Exposições, dos apoios de pesca em Santa Luzia e Cabanas e para os mariscadores na Torre d'Aires, os cais de embarque para as praias de Cabanas e Terra Estreita, várias rotundas em cruzamentos da EN 125 com o respetivo arranjo paisagístico nomeadamente no Alto do Cano, junto ao Cemitério, na Fonte Salgada e a nova loja da Segurança Social. Foi criado o Polo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Quartel dos Bombeiros em Cachopo. _____

---Acrescentou que tinham sido deixadas em curso ou em situação irreversível a via de cintura do Mato de Santo Espírito, a estrada da Malhada de Peres, a segunda fase dos fogos de habitação social do Bairro Jara, as estradas de Santa Luzia, de Alcaria Fria a Alcaria do Cume, do Carapeto, a nova Escola da Horta do Carmo, a Marginal de Cabanas que não tinha sido executada pela Autarquia mas que tinha sido deixado o processo em andamento, as infraestruturas do Parque Industrial e a construção do Museu Islâmico onde era o antigo Banco Nacional Ultramarino. _____

---Para terminar disse que lhe parecia estar a fazer uma declaração de voto como o colega de bancada, Membro Dinis Faísca, contudo em todo o caso não era aquele o ponto essencial que estava relacionado

com o facto de se havia disponibilidades porque não desagravavam mais o IMI para os contribuintes tavirenses. _____

---O Presidente da Assembleia relativamente à intervenção anterior disse que se Macário Correia estivesse ali presente certamente que a teria considerado, no mínimo, ridícula pelo que não valeria a pena referir mais aquele assunto. _____

---O Presidente da Câmara afirmou que nunca tinha dito que o anterior Presidente não tinha realizado nada e que, se ouvissem o que estava gravado naquela sessão, não o tinha dito, sendo que a oposição tinha aproveitado o facto por estarem ansiosos para mostrar que tinham realizado trabalho. Certamente que não tinha sido por acaso que tinha ganhado três eleições. O que tinha referido era que não tinha feito a rede de estradas principais, a ponte, o cinema e outros que devia de ter feito. _____

---A segunda nota que lhe parecia importante referia-se ao facto de quando Jacinto Rodrigues tinha deixado a Câmara todos tinham a ideia que tinha deixado alguma dotação, não deixando dividas. Nos anos seguintes, que o Membro Filipe Lopes tinha feito questão de misturar iniciativas públicas com iniciativas de fundos comunitários, uma mistura entre privados e públicos, assuntos da Segurança Social que ele bem conhecia e até tinha ajudado a liquidar como participações de lares e outros, porque na altura era o Diretor da Segurança Social sabendo por isso de onde provinham as verbas, e as intervenções irreversíveis que tinha deixado e que tinham sido liquidadas por quem tinha chegado para além de ter tido que liquidar um empréstimo de quatro milhões e oitocentos mil euros que tinha sido contratualizado seis meses antes das eleições do ano de dois mil e nove com um período de carência de um ano, que o atual Executivo tinha liquidado a primeira prestação e herdado vinte e nove milhões e quinhentos mil euros para pagar, tinha a certeza que muita obra tinha sido realizada. _____

---Tinha gostado o exercício pela sua exaustão sendo que ninguém tinha dito que nada tinha sido feito estando a referir o agravamento e desagravamento de dívida que presentemente era bom que fosse desagravada pelo que, por muito que custasse, tinha ganho as eleições sendo que o período estava validado e ninguém lhe tinha ouvido dizer uma má palavra ou considerações que nunca tinha feito e não fazia. Reiterava que tinha gostado do exercício, todo alinhado vendo que os membros iam preparados com aquela listagem para qualquer reunião não fosse o caso de ser dito algo, mas não sendo o que estava em discussão por aquela altura as taxas de IMI eram sempre as taxas máximas o que presentemente não acontecia e apesar disso existiam disponibilidades para investimento em infraestruturas que o Concelho necessitava e que por acaso o Membro Filipe Lopes não tinha enunciado porque se estivessem executadas não tinham que investir toda aquela verba para bem do Concelho. _____

---O Membro Dinis Faísca disse que apenas para clarificar o que o Presidente da Câmara tinha dito quanto à preocupação deles estar relacionada com a obra, sinceramente não era a sua preocupação que certamente ficava feliz porque avançando seria para o bem de todos sendo que ali estavam para realizar obra independentemente de quem a fizesse porque quem o fazia não seria a única pessoa a beneficiar

dessas obras mas o beneficio era de todos, pelo que se tratava de interesse publico e era para isso que ali deviam de andar todos lutando pelo interesse público. _____

----Quanto à questão do orçamento não se trava da inexistência de intervenções mas de uma questão de legalidade e das leis, normas e regras serem iguais para todos porque sinceramente pensava que todas as Câmaras gostariam de poder incorporar aqueles valores naquela altura do ano. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não haver mais questões sobre o IMI colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezassete votos a favor e oito abstenções. _____

----Relativamente ao IRS o Presidente da Câmara também já tinha falado sobre o assunto. _____

----Colocou a proposta a votação que foi aprovada com dezoito votos a favor e sete abstenções. _____

----Passando ao ponto número sete, derrama, também já tinha sido abordada pelo Presidente da Câmara. _____

----O Membro Hugo Gomes dizendo que estava a ser algo repetitivo pois mais uma vez iria repetir o que tinha dito no ano anterior. Tinha investigado sobre o que era a derrama que era um imposto autárquico, ficava nos cofres da Câmara, sendo definido anualmente pelos municípios, tendo como limite máximo o montante de um e meio por cento do lucro tributável das empresas sujeitas e não isentas de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, mais uma vez, a Câmara optava por não cobrar aqueles valores às empresas que seriam o alvo do imposto que, a seu ver, era o imposto mais justo visto serem as grandes empresas com lucros acima de cento e cinquenta mil euros que o pagariam, o que significava que sem a derrama em Tavira não se cobrava a empresas como o Continente, o MiniPreço, o Pingo Doce e outras, estando os pequenos comerciantes locais isentos praticamente na sua totalidade deixando que as empresas nacionais com capacidade também não pagassem. _____

----O Presidente da Câmara referiu que talvez o Membro Hugo Gomes, se verificasse o anuário onde constavam alguns estudos, anuários financeiros da estabilidade das empresas locais com lucros e funcionários, talvez se espantasse com o nível das empresas que ali constavam sendo que por vezes até constavam restaurantes de Tavira. _____

----Mesmo quando integrava a Assembleia Municipal sempre tinha sido de opinião de que Tavira não devia de ter derrama. Presentemente enquanto Presidente da Câmara mantinha a ideia que constava no seu compromisso eleitoral, pelo que tinham feito tudo para não terem necessidade de cobrar a derrama às empresas, considerando que estavam a ter bons resultados. Pensava que era um erro falarem apenas em grandes supermercados que até criavam emprego a muitos locais, mas também existiam muitas empresas locais da área agrícola, da área da restauração, da área da hotelaria local que tinham rendimentos líquidos superiores a cento e cinquenta mil euros. Assim se tivessem fixado um ou um e meio por cento seria esse o valor a menos nas contas das empresas cuja sustentabilidade não seria alcançada apenas com a redução do IVA da restauração que até concordavam. _____

----Pensavam que não cobrar a derrama era algo positivo enquanto pudesse atrair outras empresas e muitas Câmaras do Algarve não estava a cobrar porque estavam todos numa linha de atratividade.

Assim para além do programa, daquela ideia, existia um erro em que estavam a cair porque não eram apenas os supermercados existindo muitos empresários locais que geravam emprego e sobre quem tinham atividade e que também lançariam impostos. Considerava que naquela fase de incerteza em que existiam dificuldades a cobrança daquele imposto não era boa. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e sete abstenções. _____

---Passavam ao ponto adicional da ordem de trabalho relacionado com uma alteração ao Regimento do Assembleia Municipal que já tinha sido concertada em reunião de Líderes e que se referia ao prazo de entrega das propostas, concretamente a alteração do artigo vigésimo segundo. _____

---Verificando que ninguém se pretendia pronunciar colocou a alteração a votação que foi aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. _____

---Porque existiam algumas intervenções por parte do público a quem pedia que fossem sucintas na medida do possível passava a palavra à cidadã Graça Passos para a primeira intervenção. _____

---A cidadã Graça Passos referiu que se tinha ali dirigido para falar do CETA e do TTIP como elemento do Movimento Tavira em Transição, como um elemento dos vinte e três mil, trezentos e trinta e nove cidadãos portugueses e mais de três milhões e quinhentos mil europeus, mais de quinhentas organizações europeias e mais de dois mil municípios europeus que se tinham declarado zonas livres do CETA e TTIP. _____

---Sabia que todos os Deputados Municipais tinham recebido a informação do Deputado do PS da Assembleia Municipal de Loulé que tinha remetido a informação completa bem como a moção aprovada na Assembleia Municipal de Loulé no dia trinta de setembro anterior, pelo que supunha que, no momento, todos os Deputados dispunham daquela informação. O Tavira em Transição tinha sido o primeiro Movimento no Algarve que tinha, em abril do ano de dois mil e quinze, tomado uma atitude contra o CETA sendo que por aquela altura se falava mais em TTIP e no decurso daquele ano e meio tinham-se realizado inúmeras ações. Em agosto, por exemplo, tinha-se realizado uma sessão de esclarecimento em Tavira que não tinha tido contraditório por não existir pois tinham vindo a convidar os Deputados nomeadamente de PS, não tinham mostrado disponíveis para estar presentes. Assim, o que acontecia era que o movimento de cidadãos tinha investido em fazer circular a informação porque, na verdade, a mesma não circulava, pelo que informava que existiam milhões de pessoas contra aqueles tratados. _____

---O que estava a acontecer e a razão da contestação devia-se ao facto dos tratados terem sido negociados em completo segredo, nomeadamente o CETA, sendo que como sabiam o TTIP não tinha avançado, mas o CETA tinha sido assinado no passado dia trinta de outubro em completo segredo. A Comissão Europeia tinha efetuado em cindo de julho anterior, um comunicado de imprensa em que referiam que os tratados eram mistos porque a ideia inicial era de que não careciam de ratificação nos Parlamentos Nacionais. _____

----Outra questão a adicionar ao secretismo referia-se à falta de mecanismos democráticos, de processo democrático, que era o que estava a acontecer. _____

----Assim, o CETTA não tinha sido assinado no dia vinte e sete como previsto apesar da Comissão Europeia ter anunciado que era um tratado misto que não teria que ser ratificado nos Parlamentos Nacionais. A assinatura do tratado, anunciada em cinco de julho, deveria de ocorrer no dia vinte e sete de outubro o que não tinha sido acontecido porque o Parlamento da Valónia, na região da Bélgica, tendo estudado o tratado durante dezoito meses, tendo dito que rejeitava um conjunto de questões que eram precisamente as que preocupavam todos aqueles cidadãos da Europa. _____

----Uma das coisas que rejeitavam era o facto de existir um mecanismo de proteção de investimentos, portanto um ataque mortal à democracia. Estavam ali naquela noite agradável em que podiam debater as questões, informar ou tomar decisões sendo maravilhoso que na realidade os políticos atendessem aos Movimentos dos Cidadãos, que fossem ouvidos sendo o que era a democracia, o que tinham de mais precioso. _____

----O que acontecia era que aqueles tratados faziam um ataque mortal à democracia porque tinham um mecanismo de proteção de investimentos que permitia que as empresas processassem os Estados quando estes legislassem de forma a prejudicar os seus lucros que, nem sequer eram os que perdessem, mas os expectáveis sendo que o faziam através de Tribunais Arbitrais, pelo que as empresas que tivessem um problema com o Estado em vez de utilizarem o sistema judicial normal recorriam a Tribunais Arbitrais criando assim um segundo sistema judicial que consideravam completamente absurdo porque aqueles Tribunais tinham sido criados no final da segunda Guerra Mundial para protegerem os investimentos em países politicamente instáveis, o que não era o caso dos Estados Membros. _____

----Os cidadãos estavam contra a criação daquele segundo sistema judicial, completamente absurdo, pois aqueles Tribunais permitiriam que as empresas processassem os Estados quando os mesmos legislassem, por exemplo, o aumento do salário mínimo, com a invocação de perda de lucros expectáveis. Consideravam que tal era completamente impossível. _____

----O que estava a acontecer era que estavam a sentir a degradação da democracia sendo que já não constituía novidade que aqueles tratados formalizavam, legalizavam a captura do poder político relativamente ao económico-financeiro sendo aquela a principal razão da preocupação dos cidadãos. _____

----O Movimento Tavira em Transição tinha vindo a efetuar um conjunto de alertas quanto aos tratados e em Tavira, na verdade, não se tinha verificado por parte do poder político qualquer abertura no sentido de obtenção de mais informação, sendo que os prazos eram extremamente apertados, porque a questão não se resumia aos Tribunais Arbitrais mas á assinatura do próprio tratado que seria ratificado no Parlamento Europeu, pensava-se no dia catorze de fevereiro seguinte, verificando-se no entanto algumas manobras por parte do Parlamento Europeu para a sua antecipação em dois meses. _____

----O texto que tinha entrado no Parlamento Europeu no dia vinte e um de novembro anterior que normalmente teriam seis meses para analisar um tratado daquela complexidade, já tinha assinatura marcada para o dia catorze de fevereiro, dispondo por isso de muito pouco tempo. _____

----Na semana anterior tinha sido chumbada no Parlamento Europeu uma proposta que tinha sido votada favoravelmente pelas Deputadas Ana Gomes do PS e Marisa Matias do BE no sentido da criação de um mecanismo de proteção de investimento que fosse escrutinado pelo Tribunal de Justiça Europeu. Assim como podiam verificar estavam muito chocados com Trump nos Estados Unidos da América contudo significava a democracia a funcionar. Na Europa estavam a assistir a um golpe de estado em completo silêncio, tendo-lhe inclusivamente a Assembleia Municipal de São Brás de Alportel pedido para efetuar um esclarecimento para o que tinha tido uma reunião de duas horas com sete Deputados Municipais, porém não necessitava de fazer nada porque a própria informação era tão revolucionária que qualquer pessoa considerava que não podia ser daquele modo. _____

----O que estava a acontecer era que os políticos dos vinte e sete países estavam a contestar fortemente, sendo que mais de metade dos três milhões e quinhentos mil cidadãos eram alemães. Realizavam-se várias manifestações de milhares de cidadãos, que não estava a ser suficientemente divulgado em Portugal onde as pessoas desconheciam a questão. Tinha tido reuniões com dois elementos do Executivo da Câmara Municipal de Olhão que desconheciam completamente o assunto. _

----Não pretendendo alongar-se mas tratando-se de um assunto de importância extrema referia que não era uma questão de esquerda ou direita mas ninguém estava a criar condições para o debate, considerando extraordinário o que estava a suceder no Algarve em que apenas em Loulé tinha sido apresentada uma moção subscrita por três Deputados, do PS, do BE e do PSD e em São Brás de Alportel por iniciativa da mesa da Assembleia Municipal, do PS, tendo a mesma sido aprovada com cinco abstenções. _____

----O assunto não se resumia à questão da zona livre pelo que era necessário haver um debate porque o que estava em causa era que ou se encaminhavam para uma sociedade como pretendiam com energias alternativas e todos os modelos a que na verdade pretendiam chegar, ou então teriam cidades completamente controladas pelo poder económico-financeiro. Aquela era a razão da urgência e preocupação por parte dos cidadãos nomeadamente do Movimento Tavira em Transição. _____

----Acrescentou que também pretendia referir que existia um conjunto de associações profissionais, nomeadamente o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público ou a Ordem dos Médicos que já há um ano se tinham manifestado contra aqueles tratados. A Ordem dos Médicos mostrava-se contra pelas privatizações de serviços, por entenderem que o prazo das patentes iria aumentar consideravelmente os custos da saúde tornando-se impossível às populações o acesso aos serviços de saúde. Assim a ser verdade o projetado, o serviço passaria a ser privatizado na sua totalidade significando a captura do poder político pelo poder financeiro o que não era propriamente uma novidade mas aqueles tratados legalizavam-no. _____

----Considerava que era fundamental, através do Movimento Tavira em Transição forçar a Assembleia Municipal a apresentar uma moção que era uma das formas pensando que seria fantástico se se empenhassem num debate com contraditório. Existia uma plataforma "não ao TTIP" concebida por um movimento de cidadãos cujo único objetivo era o de criar condições para o debate, sendo o que gostariam de deixar ali muito claro e questionar a Assembleia sobre as medidas concretas, urgentes, porque o assunto tinha que ser debatido no momento. _____

----A cidadã Catarina Corvo disse que se dirigia novamente à Assembleia para falar sobre o Canil Municipal. Tinha a perfeita noção de que a poderiam considerar excessivamente preocupada com os animais mas não se importava, pois eram pessoas como as outras que tinham as suas empresas, os seus trabalhos, os seus afazeres e que adorariam não estar preocupados, todavia o que os distinguia era que ao encontrarem um animal ferido na via pública, em perigo de vida, não conseguiam avançar sem o recolher pretendendo leva-lo para o Canil Municipal para que fizesse a sua parte mas parecia ser muito difícil porque ou não atendiam o telefone, o horário nunca era cumprido ou a boa vontade dos funcionários não era nenhuma. _____

----Tinham ali estado na última Assembleia Municipal questionado sobre o Canil Municipal e o Presidente da Câmara tinha dito que poderiam voltar naquela Assembleia para aferirem a existência de dados novos, sendo o que estavam ali a fazer. _____

----Terminou dizendo que aproveitava, porque se tinha esquecido na Assembleia Municipal anterior, para congratular a Câmara Municipal pelo novo regulamento de publicidade por considerar que tinha sido um grande passo para tornar a cidade de Tavira mais bonita. _____

----O cidadão Hugo Lopes disse que a sua questão estava relacionada com o facto de no mês seguinte serem abertos os pedidos de licença de venda ambulante nas praias de todo o Algarve. Tavira, como era do conhecimento de todos, era a única praia do Algarve onde não tinha sido permitida a venda de fruta fresca, portanto pretendia questionar sobre se estava salvaguardada para o ano seguinte a emissão de licenças para a venda ambulante de fruta fresca nas praias do Concelho de Tavira. _____

----O cidadão Tiago Moreira referiu que também ali estava para falar em nome do movimento de cidadãos que gostavam de animais. Pensavam que há semelhança de Tavira ter ganhado o prémio do "Município Amigo do Desporto 2016", sobre o que ficavam contentes, se tratava de uma cidade que podia ser mais pessoas e também mais animais. _____

----Consideravam que presentemente o Canil Municipal de Tavira não defendia a cidade, não defendia os animais de Tavira, pelo que gostavam que algo fosse feito tendo para tal algumas ideias pois consideravam que também constituía a imagem do Município. Desconhecia se presentemente os membros tinham visitado o Canil Municipal de Tavira mas convidava a que o fizessem pois á semelhança de outras intervenções, e havendo disponibilidades financeiras, algo poderia ser feito pelo Canil Municipal de Tavira. _____

----Terminou lançando o repto ao Executivo camarário para numa próxima apresentação de intervenções constar a reabilitação do Canil Municipal de Tavira. _____

----O cidadão José Duarte disse que estava ali a representar a Comissão Instaladora do Movimento Salvar Balsa que tinha resultado de uma reunião realizada naquela mesma sala no dia três de novembro anterior e que pretendia tratar dos assuntos de Balsa de forma a dar-lhes visibilidade e algum proveito para o Concelho e Algarve. _____

----Passava à leitura de um documento em que colocavam duas questões: _____

----“Balsa, Cidade Romana. _____

----*Balsa era uma cidade portuária do império romano na província da Lusitânia na zona oeste de Tavira. O parque urbano da cidade data do séc. I a.C. No seu apogeu Balsa ocupou uma área de 45 hectares era uma das maiores cidades romanas da Lusitânia. A memória de Balsa perdeu-se até ao séc. XIX altura em que foi redescoberta com os seus alicerces quase intactos por Sebastião Estácio da Veiga e Augusto Carlos Teixeira de Aragão. A decadência de Balsa foi feita de altos e baixos, recuperações, crises e destruições violentas à medida que o império romano começava a decair culminando na grande destruição de um terramoto em 392 d.C. É provável que no séc. V já não existisse vida urbana no local que se transformou num campo de ruínas abandonado.* _____

----*Balsa tem vindo a sofrer uma nova destruição que dura até hoje, extensas áreas de ruínas enterradas têm sido arrancadas para uso do solo para fins agrícolas, construção e infraestruturas. Em 2015 mais de 14 hectares de estufas estavam a ser instaladas em plena REN, RAN, ZPE – Zona de Proteção Especial na quinta da Torre D’Aires numa propriedade de 43 hectares na Freguesia da Luz de Tavira.* _____

----*O Parque Natural da Ria Formosa aprovou o projeto que não podia ser executado sem autorização de outras entidades. A instalação da área de estufas foi parcialmente embargada pela CCDR do Algarve.* _____

----*Dado o reconhecimento do valor histórico e cultural de Balsa para o Concelho de Tavira e para o Algarve, fazem-se duas perguntas:* _____

----*Quais as medidas de proteção, avaliação e proteção do património que a Câmara Municipal de Tavira preconiza para Balsa para que finalmente o património escondido de todos seja colocado à luz do dia?* _____

----*A segunda pergunta: Vai a Câmara Municipal de Tavira usar dos seus poderes para embargar e fazer retirar ou retirar os elementos das estufas ainda existentes na Quinta da Torre D’Aires, tais como postes de sustentação, depósitos de água, canais, redes de distribuição de água e outros elementos desconhecidos.* _____

----*Tavira, 28 de novembro de 2016”* _____

----A cidadã Ângela Rosa disse que estavam no décimo oitavo mês consecutivo de recorde de temperatura, sendo o corrente ano o mais quente desde que se efetuava o registo. Existia todo um contexto no Concelho de problemáticas e também perspetivas de soluções. Dispunham de trezentos dias de sol, da Dieta Mediterrânica, e de um conjunto de outras situações que podiam ser benéficas para travarem um combate, ou seja, se adaptarem às alterações climáticas e à descarbonização pois

tinham o problema das estufas, dos hidrocarbonetos dos incêndios relativamente aos quais nada tinha ainda sido efetuado tratando-se de vinte mil hectares que ainda continuavam arditos, da aquacultura, da ciclovía que se encontrava algo em mau estado, falta de apoio á mobilidade na cidade, á mobilidade de bicicletas, á mobilidade verde e á mobilidade elétrica pois existia uma monocultura intensiva de regadio que gastava uma exorbitância de água que sabiam que até ao final do século, de acordo com o que diziam os especialistas e os estudos efetuados, que a Península Ibérica seria um deserto. _____

----Assim pretendia saber que estratégias existiam, se havia algum Programa Municipal de adaptação às alterações climáticas, se existia algum programa integral e participativo para a sustentabilidade do Concelho e portanto se estavam atentos ao facto, se sabiam de alguma coisa, sendo que os cidadãos pretendiam participar, o turismo, as pessoas dirigiam-se para Tavira pela sua qualidade ambiental pois viviam em cidades poluídas, em cimento. O ambiente em Tavira era o seu tesouro tornando-se dever do ser humano agir e criar estratégias integrais de modo a barrar os flagelos pois não existia florestação, os campos de golfe consumiam grandes quantidades de água, acontecia a destruição de habitats e o barrocal continuava a ser desflorestado para a implantação de estufas e de horizontes de plástico. _____

----Continuavam naquela Assembleia a cair no erro de usarem garrafas de plástico, pelo que convidava a que fossem pioneiros, a que realmente debatessem aquela questão e que se caminhassem em direção a um futuro realmente possível para a humanidade pensando globalmente, agindo localmente. _____

----O Presidente da Câmara referindo-se à questão do canil reconhecia que não estava bem mas, no momento, não conseguia dizer nada mais sobre o assunto. Reconhecia que não estava bem e esperava melhorar não indicando qualquer data pois existia um conjunto de "démarches", um conjunto de reuniões com os gestores da ANIMALAR – Hotel da Bicharada na Nossa Senhora da Saúde. O que referia era que reconhecia que o canil não estava bem localizado, como a própria veterinária da Câmara Municipal tinha referido, mas havia um plano para criar aquela instalação num outro local com mais dignidade e melhores condições para que não se situasse dentro da cidade. Assim estavam a efetuar um compasso de espera para aferirem alguma solução boa para todos e com proximidade. _____

----Como sabiam a Associação de Municípios também tinha lançado um estudo não para construir um canil intermunicipal mas para aferir a possibilidade de vários municípios possuírem uma infraestrutura gerida por oito municípios que, na prática, seria para verificarem que tipo de modelo de gestão podiam ter. Estavam a decidir o modelo de gestão pois de acordo com a nova legislação os canis iriam ter outra capacidade e outras condições relativamente aos da cidade que constituíam a primeira linha, sendo que teriam que criar uma estrutura diferente constituindo esta uma retaguarda. Veriam em que modelo mas que reconhecia que o canil não estava bem, que esperavam melhorar, esperando ter informações e que a perceção dos munícipes fosse melhor, todavia naquele momento nada mais tinha a acrescentar sendo a questão o reconhecimento quando não estava bem. _____

----Relativamente à fruta fresca não sabia o que iria acontecer, lembrando apenas que já tinham falado com o Comandante do Porto pois era uma entidade militar que tinha a supervisão daquela área pelo

que era quem abria as licenças e não a Câmara Municipal. Tinham-no sensibilizado e sabia o que tinha acontecido no ano anterior cujo assunto tinha ido ao conhecimento do Almirante que lhes tinha dado razão. Não se tratava de uma situação simples sendo que o que gostava era que houvesse bom senso e que no corrente ano fosse diferente. Se se tratasse de gestão municipal não tinha dúvidas de como seria resolvida, mas estavam a falar de uma entidade militar com quem tinham conversado e veriam qual seria a decisão. Não podia acrescentar mais nada porque verdadeiramente desconhecia. _____

---Quanto à questão de salvar Balsa pensava já ter respondido. A primeira questão passava por aumentar a área de proteção especial pois sabiam, pelo menos, que existia naquele território uma zona que não podia ser mexida a não ser pela Direção Regional de Cultura esperando que houvesse verbas e um projeto sustentável ao nível dos Ministérios para dar visibilidade ao que restava de Balsa. Estavam a falar de uma verba algo elevada, sendo que primeiramente deviam de começar pela alteração da ZEP onde nada poderia ser colocado, seguindo-se a elaboração de estudos. _____

---Presentemente uma parte substancial estava embargada sendo que nomeadamente os tanques não tinham licenciamento. No que se referia à parte relativa à agricultura veriam o que poderiam fazer sendo que para tal teria uma reunião que ainda não estava agendada mas em que pretendiam juntar muito brevemente todos os parceiros, Câmara Municipal, CCDR, Cultalg, Drapalg e ICNF para verificarem o que tinham a dizer sobre aquela matéria. daquelas entidades a única que não tinha jurisdição sobre aquela matéria, ou seja, não participava nos processos de licenciamento a não ser na questão dos tanques que se tratava de uma operação urbanística, uma edificação de apoio, era a Câmara. Gostava muito de ter aquela competência mas não tinha, sendo que algo diferente eram as ações em Tribunal. A reunião estava identificada e já tinha falado com o Diretor Regional não tendo sido ainda possível conciliar as agendas. _____

---Vários serviços estavam a efetuar o acompanhamento sendo que a zona de proteção iria aumentar e os tanques ali colocados tinham sido declarados não conformes existindo um problema de licenciamento possível apenas para a zona de RAN. Sabia que o Movimento tinha juristas envolvidos no processo o que considerava bom e que em função das conversas que teria com esses mesmos juristas, que pretendia envolver, veriam o que poderiam fazer de modo a que não se atropelassem uns aos outros. _____

---Considerava que o importante era que naquele processo conseguissem salvar aquela zona, a questão de Balsa, que era o que os movia a todos. Pensava ter respondido às questões colocadas. _____

---O cidadão José Duarte disse que também havia a questão de fazer algo porque criar a ZPE não era suficiente. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que relativamente ao questionado nada podia acrescentar uma vez que o primeiro objetivo consistia no aumento da ZPE que tinham que saber que implicações teria, qual era a área, porque se tratava de um processo com alguma complexidade e que requeria alguma verba sendo que, não havendo um processo consequente de salvaguarda seria melhor que o espólio

continuasse enterrado porque podiam saber o que ali estava não correndo o risco de se perder. Assim a ideia era a de aumentar a delimitação para evitar algumas pendências que pudessem existir e posteriormente tentar envolver um conjunto de entidades e, obviamente, a sociedade civil para aferirem o rumo a tomar. _____

---Tinha assistido à ideia de constituição de um Movimento e não se recordava de ter dito algo no sentido de que não fosse constituído, pelo contrário, considerava que se tratava de um processo de participação numa matéria relacionada com a cultura e a cultura do Concelho visto ali existirem dois processos distintos que eram o da cultura e o do licenciamento em área agrícola. _____

---Concluiu referindo que já o tinha dito várias vezes que tratando-se o restante de embargos, os processos judiciais seguramente seriam devolvidos porque a Câmara não tinha essa competência pois o licenciamento cabia à entidade competente, que já tinha licenciado, sendo aquela a questão. _____

---O cidadão José Duarte quis saber se a Câmara tinha dado parecer, ao que o Presidente da Câmara respondeu que sobre aquele assunto em concreto não tinha emitido qualquer parecer. _____

---O cidadão António Lima questionou se todas as vivendas que ali se encontravam tinham sido licenciadas ou não no mandato do atual Executivo, porque existiam alguns elementos construtivos que tinham sido acrescentados ou construídos de raiz após se tomar conhecimento que Balsa constituía um património de valor inestimável para as pessoas com alguma informação. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que sobre a questão que colocava ele não iria fazer de auditor relativamente ao edificado. Explicou que qualquer cidadão poderia fazer uma nulidade em qualquer altura sendo que se podia inteirar sobre qualquer processo de licenciamento quando assim o entendesse, pois eram públicos, bastando para tal solicitar o acesso, e ao constatar algo errado apenas existia uma via, a apresentação de queixa no Ministério Público. Porém, não pedissem ao Município para ser auditor de si próprio sendo que o que tinham era que ter muito cuidado com a gestão do que estavam a realizar, mas não fariam juízos de valor sobre o que estava para trás, que queria acreditar que estava tudo bem. _____

---Para que não existissem dúvidas reiterava que não faria de auditor do que tinha sido realizado, sendo que considerava que existia um conjunto de edificações que queria acreditar que estavam bem, podendo não estar, mas que qualquer cidadão poderia verificar analisando o processo de licenciamento. A Câmara tinha facultado várias vezes alguma informação a entidades públicas jurisdicionais que eram solicitadas sendo que umas estavam bem outras mal e muitas vezes nem recebiam informação, mas qualquer cidadão poderia apresentar uma queixa ou uma denúncia desde que devidamente identificada. _____

---O cidadão António Lima disse que o Presidente da Câmara sabia tão bem ou melhor que ele que existia menor capacidade por parte dos cidadãos de encontrar dados concretos para apresentar uma queixa pois o Presidente da Câmara dispunha de técnicos e de acesso direto aos processos ou à sua inexistência. Regra geral, um cidadão que estudasse aquelas matérias seria porque dispunha de muito

tempo livre e alguma formação ou perder-se-ia nos processos. Assim agradecia e aplaudia a boa vontade do Presidente da Câmara, que reconhecia, e propunha que juntamente com a Comissão Instaladora da Associação Salvar Balsa e outras Associações pudessem estar interessadas na criação de uma estrutura que desse condições efetivas e não apenas formais para que os cidadãos pudessem ter a colaboração do Executivo na medida em que não dispunham dos elementos cadastrais não tendo sequer conhecimento das limitações, não conhecendo o histórico de todo o processo construtivo dos lotes urbanos. O Executivo tinha toda a facilidade, pois se ele tentasse fazê-lo, se dispusesse de tempo, certamente que se perderia naquela imensidão de dados. _____

---Acrescentou que lançava o repto ao Presidente da Câmara, com a devida autorização da Mesa, para que devido à magnimidade e benevolência aceitasse facilitar o acesso aos dados como membro de uma comissão modesta em estrutura de missão, a um levantamento de eventuais ilegalidades recentes ou mais antigas que pudessem existir naquela zona porque tinham responsabilidades no licenciamento da edificação a não ser que faltasse jurisdição naquela área que não se resumia à Quinta de Balsa. Sublinhava que os vestígios constituíam uma área muito mais vasta existindo inclusivamente estruturas identificadas como o caminho romano e outras que excediam em muito os quarenta e sete hectares de que se falava, por mera estimativa e que extravasavam em larga medida porque uma cidade era um conjunto de recursos mais ou menos concentrados de estruturas, existindo caminhos e estradas. Tratava-se de uma área muito mais alargada sendo que naquelas questões quando se estava de boa-fé, como pensava que o Executivo estava, o importante era proceder de modo cauteloso e por excesso mesmo demonstrando-se à posteriori que tinha sido demasiado. _____

---Continuou referindo que se o Executivo pretendesse demonstrar boa vontade, que acreditava ser o que pretendiam até porque já tinham percebido o potencial que existia em Balsa, era bom que informassem porque a maioria ignorava quase completamente o valor patrimonial de Balsa e o calor cultural da cultura romana e da importância que podia constituir para Tavira como grande núcleo de estudo e de cultura. _____

---Para terminar disse que presentemente com todos os estudos elaborados por vários arqueólogos era fácil delimitar cautelarmente uma área de proteção sendo que se assim o pretendessem poderiam dar aquela colaboração porque tinham arqueólogos a trabalhar. _____

---O Presidente da Câmara disse que gostaria de pedir para que não lhe voltasse a chamar magnânimo pois não o era, sendo que presentemente estava Presidente da Câmara mas era um cidadão da terra que tinha vivido sempre em Tavira, onde tinha feito os seus estudos. _____

---Relativamente à segunda questão reafirmava o que já tinha dito, sendo que a Câmara Municipal não fazia auditorias aos seus processos passados. A Câmara Municipal respondia a tudo o que era solicitado por entidades jurisdicionais prestando toda a colaboração no âmbito jurisdicional e acesso aos processos por cidadãos. _____

---A lei, que cumpriam, não indicava a constituição de comissões ou grupos de trabalho com um determinado propósito, pelo que se os cidadãos o pretendessem tinham duas formas, verificar a documentação com toda a colaboração dos serviços, ou intimar via jurisdicional para prestar a documentação, se eventualmente a Câmara Municipal não o fizesse, recorrendo à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Era um trabalho muito simples pelo que se achassem que não estava bem, não exista outra leitura sendo daquele modo que funcionava. _____

---Reforçou que com ele os cidadãos tinham todo o acesso aos documentos, cumprindo a Lei tal como ela era e não como pretendiam, pelo que tinham toda a disponibilidade e até á presente data tinham prestado tudo o que era solicitado pelos cidadãos que pretendiam consultar processos, por si ou com os seus advogados que o poderiam fazer porque os processos eram públicos, podendo também ser solicitado por intimações do Tribunal, citações do Ministério Público, visitas da Policia Judiciaria, totalmente colaborante pois era assim que funcionavam de acordo com a legislação e o direito. _____

---O cidadão António Lima tinha a sua área de especialidade e ele a dele, mas não era magnânimo apenas cumpria a Lei. _____

---O Presidente da Assembleia disse que antes de passar à votação das deliberações em minuta queria informar que relativamente à primeira intervenção sobre o Livre Comércio, que o Presidente da Assembleia Municipal estava disponível para os esclarecimentos que fossem necessários porque tal como já tinha referido antes da Assembleia, todos os documentos que tinham sido remetidos pela Associação Tavira em Transição, mais concretamente por Graça Passos, tinham sido reenviados para todos os deputados municipais, sendo que naquele dia não tinha sido apresentada qualquer moção relativa ao tema, presumivelmente, pelo menos no que lhe dizia respeito, por considerar que as pessoas não estavam devidamente esclarecidas visto ser muita informação. Assim, reiterava que estava disponível para promover se o entendessem, uma reunião de esclarecimento, com debate, com especialistas na matéria, pois pela breve intervenção efetuada já tinham compreendido que se tratava de uma situação que era grave e que iria acontecer sendo necessária a aprovação ali de uma moção, que não lhe parecia muito difícil, pelo menos era a ideia com que tinha ficado depois da conversa que tinha tido porque existiam várias forças representadas. _____

---Todos tinham recebido a informação que era bastante pelo que não sabia se tinham tido tempo de a ler, reafirmando que estava disponível para em qualquer lugar ou até mesmo naquele local efetuarem uma reunião como muitas que já ali tinham sido realizadas sobre assuntos que diziam respeito ao Concelho, bastando para tal convidarem todos os deputados municipais para estarem presentes na reunião em que, estava convicto, resultariam alternativas que era o que pretendiam ao dirigirem-se naquele dia à Assembleia Municipal. _____

---O Membro José Graça disse que tinham tomado conhecimento no decurso da Assembleia Municipal que no dia anterior tinha falecido um dos deputados honorários constituintes do Algarve, o ex deputado Cristóvão Norte. Assim, queria apresentar em nome da bancada do PS à família e ao PSD, partido que



tinha representado durante cerca de vinte anos na Assembleia da República, as condolências e manifestar também uma homenagem pelo seu trabalho e seu contributo para a solidificação da democracia no Algarve. _____

----Terminou propondo ao Presidente da Assembleia que fizessem um minuto de silêncio que seria uma homenagem que a Assembleia Municipal poderia fazer ao deputado honorário Cristóvão Norte. _____

----O Presidente da Assembleia concordou procedendo-se a um minuto de silêncio. _____

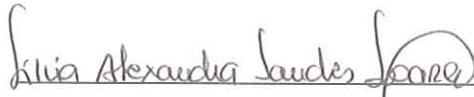
----Após a leitura das minutas, o Presidente da Assembleia colocou as mesmas a votação que foram todas aprovadas por unanimidade. _____

----Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,



José Otílio Pires Baia



Sílvia Alexandra Sanches Soares



Maria Helena Correia Bartolomeu Silva



Nos termos do nº 3 do artº 34 do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao DL nº 4/2015 de 07 de janeiro, votaram a ata da Assembleia Municipal de 03-10-2016 os seguintes membros:

	Nomes	Formação partidaria	Presenças
1	Anabela Lourencço Fernandes	PS	
2	Angelo Filipe Silva Pereira	PS	
3	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
4	Carlos Alberto Pires Rodrigues	Independente	
5	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
6	Dinis Manuel da Palma Faísca	MT	
7	Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes	MT	
8	Hugo Daniel Santos Gomes	MT	
9	Joaquim José Brandão Pires	PS	
10	José Alberto Godinho Correia	PS	
11	José Efigênio Martins da Graça	PS	
12	José Mateus Domingos Costa	PS	
13	José Otilio Pires Baia	PS	
14	Leonardo António Gonçalves Martins	MT	
15	Maria Helena Correia Bartolomeu Silva	MT	
16	Maria João Teixeira Dias Anjos	PS	
17	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
18	Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
19	Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	MT	
20	Muriel Cristina Dias	MT	
21	Ricardina Pereira Alcaide Jesus	PS	
22	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	



MOÇÃO

MANUTENÇÃO DA CARGA FISCAL QUE INCIDE SOBRE O SETOR DO ALOJAMENTO LOCAL

Confirmando-se que o Governo, através da proposta de Orçamento de Estado para 2017, se propõe aumentar a carga fiscal que incide sobre o setor do Alojamento Local, e considerando que:

- A quase totalidade dos empresários algarvios que desenvolvem a atividade de “alojamento local” são pequenos empresários, pelo que declaram uma faturação anual inferior a duzentos mil euros por ano (€ 200.000,00), irão por essa via verem aumentar significativamente os seus custos de estrutura, o que acabara por conduzir ao inevitável ao aumento dos preços a praticar, com a conseqüente perda de competitividade, a qual para ser atenuada ou não refletida nos preços levará à diminuição do emprego ou ao aumento da economia paralela.
- O atual regime de tributação do alojamento local, em vigor desde 2014, contribuiu de modo significativo para diminuir a economia informal; melhorar a qualidade da oferta turística, através da reabilitação urbana e da observância de normas de segurança e higiene; aumentar, direta e indiretamente, as receitas fiscais; e diminuir a taxa de emprego no Algarve.
- Mais de metade dos 34.000 registos de alojamento local do país se reportam a imóveis existentes no Algarve, região que em dois anos subiu de 5.000 para quase 20.000 unidades, e que a alteração súbita da fiscalidade aplicável poderá fazer perigar muitos dos milhares de investimentos que foram efetuados nesse domínio, que ainda estão a ser amortizados, e assim atirar novamente para o desemprego de longa duração largas centenas de pessoas.
- A duplicação prevista para o imposto é um convite ao desinvestimento e ao regresso desses microempresários à economia informal, com a conseqüente diminuição das receitas em impostos que o Governo, por essa via, se propõe alcançar.
- Ao alojamento local vai ser cobrado um adicional ao IMI, porquanto ao contrário de outras atividades com fins lucrativos ou turísticos não foi estabelecida isenção para este setor, sendo que os agentes económicos terão que integrar mais essa despesa na sua estrutura de custos, pelo que um agravamento em sede de IRS/IRC poderá se tornar incomportável para o setor.



Pelo exposto, e ainda atendendo à que no programa eleitoral com que PS se apresentou às eleições legislativas, de outubro de 2015, e que nos programas eleitorais do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), as quais suportam parlamentarmente o XXI Governo Constitucional, os mesmos propuseram a diminuição da carga fiscal que direta e/ou indiretamente incide sobre os cidadãos e os pequenos empresários, os membros da bancada do PSD da Assembleia Municipal de Tavira propõem que seja enviada ao XXI Governo Constitucional o teor desta moção, e disso dado conhecimento a todos os Grupos Parlamentares, solicitando a necessidade de o Orçamento de Estado para o ano de 2017, não incluir nenhuma alteração ou autorização legislativa para que o Governo legisle no sentido de aumentar a carga fiscal que incide sobre o setor do Alojamento Local.

Tavira, 22 de novembro de 2016

Os eleitos da bancada do PSD



MOÇÃO

CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE NO PARQUE DAS CIDADES

Constatando o PSD/Algarve que o Governo, através da proposta de Orçamento de Estado para 2017 e do anúncio público efetuado pelo Ministro da Saúde, se propõe “abandonar” a proposta de construção de um novo hospital no Algarve, na tipologia de Hospital Central, com as valências a que os mesmos estão associadas, e considerando que:

- A construção do novo Hospital Central do Algarve é uma obra consensual em todos os setores da vida social, económica e política algarvia.
- Existe um estudo técnico, de 2006, mandando elaborar pelo governo, então liderado por José Sócrates, para avaliar e decidir sobre as prioridades de novos hospitais, que tinha considerado o Algarve como a segunda prioridade a nível nacional. E que não existe um outro estudo que indique que esse nível prioridade tenha deixado de se verificar ou tenha sido alterado.
- Existe um terreno para o efeito, disponibilizado pelos Municípios de Loulé e de Faro, localizado no designado “Parque das Cidades”, o qual possui as infraestruturas de saneamento básico necessárias e as acessibilidades adequadas para esse fim, porquanto possui ligação direta à A22 (Via do Infante), e ainda porque lá se encontra instalado, em pleno funcionamento, o Laboratório Regional de Saúde Pública e do Sangue do Algarve.
- O Governo do PS anunciou a construção de três novos hospitais no país – Lisboa, Seixal e Évora – pelo que os constrangimentos financeiros que até agora existiam para se avançar para a edificação de novas infraestruturas de saúde já não se verificam.
- E que o Hospital de Faro e o Hospital de Portimão, as duas principais unidades hospitalares que constituem o Centro Hospitalar do Algarve (CHA), se encontram obsoletos e possuem limitações estruturais que dificultam a criação das condições adequadas à implementação de todas as valências que um hospital central deve possuir, nomeadamente no que respeita à implementação de determinados avanços científicos e tecnológicos; à melhoria de condições de trabalho dos profissionais de saúde; e de atendimento e acolhimento dos utentes, o que desaconselham a realização de elevados investimento nos citados e, ao invés, apontam para que os mesmos sejam adaptados a outros fins ligados à saúde, após a conclusão e entrada em funcionamento do novo Hospital Central do Algarve.



Pelo exposto, e ainda atendendo à que no programa eleitoral com que PS se apresentou às eleições legislativas, de outubro de 2015, e que nos programas eleitorais do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), as quais suportam parlamentarmente o XXI Governo Constitucional, que neste domínio defendem a construção do novo Hospital Central do Algarve, os membros da bancada do PSD da Assembleia Municipal de Tavira propõem que seja enviada ao XXI Governo Constitucional o teor desta moção, e disso dado conhecimento a todos os Grupos Parlamentares, solicitando a necessidade de inclusão no Orçamento de Espado para o ano de 2017, de uma rubrica específica que permita avançar, ainda no decorrer do próximo ano, no sentido de se iniciar a construção do novo Hospital Central do Algarve.

Tavira, 22 de novembro de 2016

Os eleitos da bancada do PSD



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO

BALSA, UMA HERANÇA COMUM DOS EUROPEUS.

A estação arqueológica da Luz de Tavira, onde se supõe estar localizada a antiga cidade romana de Balsa, é constituída por uma faixa de terreno limitada a sul pelo canal de Tavira, a Norte por uma linha paralela à margem do dito canal e distante dela 500 metros, a nascente pela ribeira do Arroio e a poente pela ribeira da Luz.

É uma zona extensa, com perto de cinquenta hectares, que engloba grande parte - senão por vezes a totalidade- de vários prédios rústicos, entre os quais a quinta da Torre de Ares. Classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP) pelo Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1 de junho de 1992, cuja Zona Especial de Proteção (ZEP) apenas foi fixada através da Portaria n.º 516/2011 de 27 de abril, concluindo um processo desencadeado em 1998 pelo Parque Natural da Ria Formosa, onde se encontra integrada.

Adormecida na memória do povo e subterrada por toneladas de detritos, o espaço foi sendo alvo de sondagens episódicas e prospeções arqueológicas que foram comprovando o tesouro existente, sublinhando-se as intervenções de Estácio da Veiga no final do século XIX e de Maria e Manuel Maia nos anos setenta do século XX.

Nos intervalos (longos) entre os trabalhos arqueológicos, os terrenos foram usados para exploração agrícola, considerando-se na comunidade científica que tal originou a perda e dispersão de muitos dos achados ocasionais.

Em 2007, com a publicação do livro "Balsa, Cidade Perdida", de Luís Fraga da Silva, autor do blogue Imprompto e membro do Campo Arqueológico de Tavira (CAT), a memória da maior cidade romana do sul da península voltou às conversas.



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira

Com edição prévia na internet, esta obra trata-se de uma edição invulgar sobre a cidade e a história do Algarve, revelando ao grande público o maior monumento do Algarve Romano e coroando muitos anos de investigação e discussão conjunta no âmbito dos membros do CAT, da articulação dos pontos de vista da geografia histórica, da arqueologia, da história, da museologia e da divulgação cultural.

Como resultado deste trabalho continuado, sabemos hoje que Balsa foi uma importante cidade romana, que existiu nas freguesias de Luz de Tavira e de Santa Luzia, nos terrenos litorais hoje designados por Torre de Ares (ou Torre d'Aires), Antas e Arroio, tendo Pedras d'El-Rei, Luz, Rato e Pinheiro como subúrbios.

É citada nas listas de cidades do Império Romano (por Pompónio Mela e Plínio-o-Velho, no séc. I d. C. e por Ptolomeu, no séc. II), posteriormente como etapa de um dos Itinerários de Antonino (roteiro de estradas e rotas navais do séc. III) e, já após o fim do Império do Ocidente, na Cosmografia do Anónimo de Ravena (séc. VII, mas baseada em documentos muito mais antigos).

Quase em simultâneo, é publicado o novo Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve), acolhendo e desenvolvendo as orientações definidas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e assumindo-se em conjunto como um quadro de referência estratégico para os Planos Diretores Municipais (PDM), então a começarem um processo de revisão obrigatória, que ainda decorre.

Neste domínio, uma das opções estratégicas do PROT-Algarve é salvaguarda e valorização do património cultural histórico-arqueológico, que traduz o reconhecimento do potencial de aproveitamento deste recurso territorial em termos socioeconómicos, remetendo tal responsabilidade para os PDM, nomeadamente no capítulo da promoção da reabilitação urbana, e apontando como tarefa a delimitação mais pormenorizada de algumas áreas arqueológicas, dando como exemplo a área arqueológica de Balsa, entre outras, enquadrada na necessidade de desenvolvimento de atividades recreativas, da criação duma indústria criativa que valorize o património enquanto produto de consumo e concorra para a criação de uma rede de monumentos, conjuntos urbanos e sítios arqueológicos do Algarve.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de novembro de 2016, delibera:

1. Manifestar a sua preocupação pelo aparente abandono de um conjunto imobiliário considerado de Interesse Público e pela dispersão dos achados arqueológicos por variados locais e saudar o empenhamento da sociedade civil na sua proteção e salvaguarda, sublinhando o papel desempenhado pela comunidade científica ao longo dos últimos anos para consolidar e densificar o conhecimento existente relativo à estação arqueológica da Luz de Tavira.
2. Solicitar ao Ministério da Cultura informação atualizada sobre as iniciativas desenvolvidas, e a desenvolver, para a preservação e valorização da estação arqueológica da Luz de Tavira, após a constituição da Zona Especial de Proteção em 2011, nomeadamente através dos seus serviços desconcentrados na região do Algarve;



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira

3. Reforçar junto das entidades públicas envolvidas no processo em curso a necessidade de respeitar e fazer respeitar as limitações decorrentes da constituição da Zona Especial de Proteção, recomendando o seu alargamento nas freguesias de Luz de Tavira e de Santa Luzia, e de dotarem os serviços competentes com os meios e recursos necessários para garantir a conclusão dos indispensáveis trabalhos arqueológicos fundamentais para que o Município de Tavira possa dar cumprimento ao estabelecido no PROT-Algarve.
4. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministra da Administração Interna, Ministro da Cultura, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Ministro do Ambiente e da Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, e União de Freguesias da Luz de Tavira e Freguesia de Santa Luzia; e,
5. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e dar-lhe a devida publicidade nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Aprovado, por _____ e em Minuta.